

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 170/171

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2000

ANO XXVI

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Valdir Rossoni
Líder Oposição .....	Orlando Pessuti
PTB.....	Ademar Traiano
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PMDB.....	Nereu Moura
PPB.....	Tony Garcia
PT.....	Hermes Fonseca
PDT.....	Edgar Bueno
PSDB.....	Sérgio Spada
PL.....	Pastor Edson Praczyk
PSL.....	Edno Guimarães
PST.....	Divanir Braz Palma

## Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni (licenciado) - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Milton Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 125ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
28 DE NOVEMBRO DE 2000**

*(terça-feira)*

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Antonio Carlos Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 2323

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a prorrogação do prazo para entrega

das emendas do Orçamento do Estado - 2001, até o dia 30 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 28.11.2000.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 2301

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata das sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do desembargador Alceste Ribas de Macedo, ocorrido nesta Capital no último dia 26.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.11.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 86 anos de idade, faleceu nesta Capital, o desembargador aposentado, Alceste Ribas de Macedo, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Alceste Ribas de Macedo era casado com dona Nelly, e pai de dois filhos. Foi presidente do Tribunal de Justiça em dois períodos, de 1969 a 1973, foi também o primeiro presidente da Associação dos Magistrados do Paraná. Em sua gestão foi instalado, no dia 28 de setembro de 1970, o Tribunal de Alçada e criada a Capela Ecumênica do Palácio da Justiça.

Alceste nasceu em 29 de outubro de 1914. Formou-se em Direito em 1939 iniciando sua vida pública como promotor substituto de Araucária.

Em 1940, ingressou na Magistratura como Juiz Substituto em São João do Triunfo, Palmeira, São José dos Pinhais e Curitiba. Habilitado em concurso para Juiz de Direito, julgou em Rio Negro, São Mateus do Sul, Ipiranga, Apucarana e Curitiba. Chegou a desembargador do Tribunal de Justiça em maio de 1962.

Alceste Ribas de Macedo se aposentou compulsoriamente por decreto do presidente da República em maio de 1973 e reverteu ao serviço ativo em outubro de 1980, reassumindo o cargo de desembargador (de acordo com a Lei nº 6.683/79). Aposentou-se a pedido, em dezembro de 1984.

O passamento do desembargador Alceste veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de Seu servo Alceste.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Alceste Ribas de Macedo, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do desembargador Alceste para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a Sua graça. Guardará Seu servo Alceste sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nossos corações, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Ribas de Macedo, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 2302

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata das sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do doutor Ruy Goulart Gândara, ocorrido em 26.11.2000, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.11.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 67 anos de idade faleceu, nesta Capital em 26/11, o doutor Ruy Goulart Gândara, que era advogado, filho de Manrique Gândara e Luisa Goulart Gândara. Viúvo de Joana Dark Lupion Gândara, ex-deputado estadual do Paraná (1958). Era genro do ex-governador Moysés Lupion. Deixou quatro filhos e netos.

O passamento do doutor Ruy Gândara veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amizades dentre elas este deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de Seu servo Ruy.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Ruy Goulart Gândara, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do doutor Ruy Goulart Gândara para que continue num

ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a Sua graça. Guardará Seu servo Ruy sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nossos corações, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Goulart Gândara, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 2304

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor José Alexandre de Paula, ocorrido em 22 de novembro do corrente ano, no município de Coronel Vivida.

Sala das Sessões, em 28.11.2000.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 2300

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Porto Vitória, pela passagem, no próximo dia 08 de dezembro, de seus 36 anos de emancipação política.

Outrossim, requer, que da decisão da casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor Vicente Luiz Schaitz, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Vero Lúcio Vier, bem como a todos os senhores vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Porto Vitória.

Sala das Sessões, em 28.11.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Orgulhosamente, no próximo dia 18 de dezembro, o município de Porto Vitória estará comemorando seus 36 anos de emancipação política.

Portanto, queremos parabenizar toda a população de Porto Vitória que vem colaborando sobremaneira para o constante desenvolvimento de toda aquela região e transpondo obstáculos vencem adversidades, não esmorecendo frente às dificuldades por que passa o nosso País.

A Assembléia legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, congratula-se com a popu-

lação de Porto Vitória na certeza de que continuarão com a mesma garra prestando sua eficiente contribuição num trabalho sério e honesto voltado ao bem comum.

#### REQUERIMENTO Nº 2305

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações aos alunos do Colégio Ivan Ferreira do Amaral, pelo destaque alcançado com os projetos “Câncer Con Ciência” e “Dança Con Ciência”.

Sala das Sessões, em 28.11.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Alunos do Colégio Ivan Ferreira do Amaral, localizada no município de Campina Grande do Sul estão desenvolvendo projetos de extrema importância para a orientação dos jovens da escola e da comunidade. Destes, dois projetos tiveram maior destaque: “Câncer Con Ciência” e “Dança Con Ciência”. O primeiro, orienta a comunidade com relação à prevenção do câncer e o segundo aborda o tema sexualidade da dança de salão.

Os dois projetos participaram do 3º Seminário “Vem Ser Cidadão”, que aconteceu no início de novembro em Faxinal do Céu, Pinhão. A escola premiada e um dos trabalhos ficou entre os 10 primeiros classificados.

Para a realização de ambos os trabalhos, os alunos foram a campo com pesquisas, entrevistas e contato com o público, além de pesquisas dentro da própria população estudantil do colégio, num extenso trabalho que resultou em brilhantes projetos que estão despertando o interesse de grandes profissionais da área de atuação dos mesmos.

Pelo destaque alcançado com os trabalhos, recebiam os alunos participantes dos projetos, através da direção do Colégio Ivan Ferreira do Amaral (Rua Alderico Bandeira de Lima - 211, Jd. Paulista, Campina Grande do Sul/PR, CEP 83430-000) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2306

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Telepar Brasil Telecom, pela comemoração de seus 37 anos.

Sala das Sessões, em 28.11.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

A Telepar Brasil Telecom completou na última semana 37 anos de existência. A empresa que está sempre investindo na linha de telecomunicações e é uma das mais modernas do País, deverá chegar ao final deste ano de 2000 com cerca de 2 milhões de telefones instalados

em sua área de concessão, com um grau de penetração de 22,5%, superando a média nacional de 18%.

Criada em 27 de novembro de 1963, no início somente 116 localidades possuíam serviços, com aproximadamente 21 mil acessos instalados. Já em 1967 a Telepar incorporou a CNT e em seguida outras pequenas empresas do interior do Estado, passando a operar em mais de 91% das localidades.

Com a quebra do monopólio da exploração do sistema de telefonia no País, em 1995, foi criado em 1997, um mecanismo de competição no mercado das telecomunicações. Com a privatização da Telebrás, em 98, a operadora paranaense, dentro das normas estabelecidas pelo governo federal, passou a fazer parte da então Tele Centro Sul. Este sistema englobou os serviços fixos nos Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Santa Catarina, Paraná, além do Distrito Federal e da região de Pelotas, no Rio Grande do Sul.

Os objetivos traçados pela empresa estão sendo alcançados de uma maneira gradativa, o que se pode observar pela diminuição do número de reclamações. Isso também é o reflexo da modernização da empresa, que substituiu as centrais analógicas por digitais estes anos, o que possibilitou a oferta de alguns serviços suplementares a uma camada maior da população. Além disso, vários programas de auxílio à telefonia e ao usuário como “Siga-me” e a “Chamada em Espera” são referenciais.

Pela comemoração dos gloriosos 37 anos de existência, receba a Telepar Brasil Telecom, através de seu presidente, doutor Juan Ramón Áviles (Travessa Teixeira de Freitas, nº 75, Mercês, CEP 80410-905, Curitiba) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2307

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à doutora Adriana Nucci Paes Cruz (Presidente do Tribunal do Trabalho, TRT/PR), por ter sido escolhida como nova presidente do Colégio de Presidentes e Corregedores (Coleprecór).

Sala das Sessões, em 28.11.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

A presidente do TRT/PR, doutora Adriana Nucci Paes Cruz será a primeira mulher a coordenar o Colégio de Presidentes e Corregedores (Coleprecór). Seu nome foi escolhido em Curitiba, durante reunião com juízes e presidentes de Tribunais de todo o País. Ela recebeu trinta votos do Colégio, além dos sufrágios eletrônicos de duas únicas regiões da Justiça do Trabalho que não se fizeram representar por seus dirigentes. A doutora Adriana vai substituir o juiz Vicente Malheiros de Fonseca, do estado do Pará.

O Coleprecur existe há 11 anos e dele participam presidentes e corregedores de 24 Tribunais Superiores em todo o País. Os membros do Colégio reúnem a cada dois meses, geralmente em Brasília, para debater questões importantes envolvendo a Justiça do Trabalho.

A doutora Adriana é a primeira mulher a exercer o cargo. Ela é formada em Direito pela Faculdade de São João da Boa Vista/SP. Militou na advocacia e atuou como servidora do TRT na 2ª Região, também em São Paulo. Em 1979 ingressou na magistratura trabalhista no cargo de presidente da Junta de Conciliação e Julgamento. Em 1993 foi promovida ao TRT, onde exerceu a Presidência da 5ª Turma de Juízes, a Corregedoria Regional e a vice-Presidência da Corte. No final do ano de 1999 ela foi eleita para presidir o TRT/PR.

Pela merecida escolha para o novo e importante cargo, receba a doutora Adriana Nucci Paes Cruz (TRT/PR, Av. Vicente Machado, 147, CEP 80420-010, Centro, Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2308

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Ministério do Trabalho, pela comemoração de setenta anos de serviços no Paraná.

Sala das Sessões, em 28.11.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Ministério do Trabalho está comemorando 70 anos de serviços prestados no Paraná. Atendendo trabalhadores, emitindo carteiras de trabalho, liberando seguro-desemprego, fazendo registro profissional e recebendo reclamações trabalhistas, o Ministério do Trabalho vem prestando um importante trabalho aos trabalhadores do nosso Estado.

Somente no ano passado foram emitidas no Paraná cerca de 300 mil carteiras de trabalho. No nosso Estado, o Ministério é representado pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT), 5 Delegacias e 21 Agências de Atendimento, sendo que só em Curitiba são atendidas cerca de trezentas pessoas por dia.

O Ministério possui um corpo funcional de cerca de 260 funcionários, sem contar os estagiários e terceirizados.

Pela comemoração dos gloriosos 70 anos de serviços prestados ao Paraná, receba o Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional do Trabalho, na pessoa do delegado regional - doutor Wellington Cavalcante (Rua José Loureiro, 574 - Centro - Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2315

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Instituto Konrad Adenauer - Representação no Brasil, alusivos à publicação dos Cadernos Adenauer.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao diretor de estudos da Fundação Konrad Adenauer, doutor Wilhelm Hofmeister, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Eduardo de Souza Aranha, 99 - CEP 04543-120, São Paulo / SP.

Sala das Sessões, em 28.11.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Os cadernos Adenauer versam sobre tema de interesse para o desenvolvimento da sociedade democrática, constituindo um verdadeiro fórum de debates, onde autores estrangeiros e brasileiros manifestam-se sobre as áreas complexas do conhecimento, colocando em prática as ações do pensar e do participar.

#### REQUERIMENTO Nº 2317

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de voto de congratulações à direção do Jornal Hoje, com sede na cidade de Maringá, na pessoa de seu diretor, Francisco Carlos da Silva, pela expansão de sua área de cobertura, dando início à sua circulação na Capital do Estado.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando envio de cópia do presente aos homenageados.

Sala das Sessões, em 28.11.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2318

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de voto de congratulações à direção da Associação de Defesa da Cidadania - Adeci, na pessoa de seu diretor executivo Gustavo Ribeiro Langowski, pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo em prol da justiça e da cidadania em nosso Estado.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando envio de cópia do presente aos homenageados.

Sala das Sessões, em 28.11.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2312

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na qualidade de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Medicamentos, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de ofício ao senhor ministro da Fazenda, solicitando providências para o exercício de severa fiscalização quanto ao transporte de medicamentos por parte das agências de correio, companhias de transporte aéreo, empresas de ônibus e transportadoras em geral.

Sala das Sessões, em 28.11.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

Os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Medicamentos, em suas várias ações efetuadas junto às empresas acima destacadas, sempre acolitados por delegações da Receita Estadual da Secretaria da Fazenda do Paraná, da Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Paraná e da secretaria de Estado da Segurança Pública, registraram soberbas e inaceitáveis falhas e omissões quanto à fiscalização no transporte interestadual de medicamentos.

As delituosas, devidamente autuadas, foram encaminhadas ao Ministério Público para as providências cabíveis.

Em sua maioria, os crimes perpetrados contra o erário, notabilizaram-se pela ausência do acompanhamento das respectivas notas fiscais, por ardilosos mecanismos contábeis para fraudar o fisco.

Distribuidoras, principalmente, produzem documentos fiscais numa determinada Unidade da Federação, remetendo-os para suas “filiais” no Estado do Paraná, sem no entanto, registrar-se o transporte da mercadoria, configurando-se sonegação de tributos.

As diferentes alíquotas do ICMS sobre a comercialização de medicamentos em alguns Estados, são os principais indutores da prática dessas artimanhas danosas às tarefas arrecadatórias.

#### REQUERIMENTO Nº 2313

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na qualidade de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Medicamentos, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício às autoridades nominadas, solicitando providências para severa observância ao Decreto 2018/96, que regulamenta a Lei 9294/96.

Sala das Sessões, em 28.11.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Medicamentos, durante o andamento de seus trabalhos, verificou desaparelhamento do Estado quanto à obediência à legislação federal vigente sobre propaganda de medicamentos.

Velmir de Santi, segundo Arnaldo Zubioli, do Conselho Federal de Farmácia e professor de Farmacologia e Deontologia da Universidade de Maringá, vem externando exemplar desempenho no exercício da docência, uma preocupação constante com a expansão acelerada do consumo de medicamentos e com a ausência de critérios éticos para sua promoção pelo esquema empresarial, responsável pela sua produção e comercialização.

Valmir de Santi (mais colaboradores) é autor do livro Medicamentos - Versos e Reversos da Propaganda, publicado pela Editora Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Hélio Pereira Dias, em 1997 escreveu Propaganda e Publicidade de Medicamentos, de onde Vilmar de Santi destaca: “a mensagem publicitária pode educar ou deseducar, formar opinião ou agredir-la, ser moral ou imoral, sugerir condutas de ordem ou desordem social, influir na procura, nos preços, nos mercados, podendo, ademais, ser um fator benéfico ou maléfico para a economia nacional. “Logo, o Estado tem o direito e o dever de regular o exercício da propaganda na forma que melhor consulte aos interesses coletivos, não se devendo esquecer que os veículos de maior penetração, através dos quais aquela se realiza, são a televisão e o rádio, serviços concedidos pelo Estado, portanto, serviços públicos sobre os quais o poder concedente exerce - e tem o dever de exercer - permanente vigilância quanto aos padrões de qualidade, inclusive para a saúde do consumidor”.

#### REQUERIMENTO Nº 2314

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na qualidade de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Medicamentos, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, o envio de ofício à autoridade nominada na súmula, solicitando a criação de Programa de Treinamento para Fiscalização de Medicamentos, envolvendo as Polícias Militar e Civil.

Sala das Sessões, em 28.11.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

Durante o andamento das ações desenvolvidas pela CPI dos Medicamentos, verificou-se a fragilidade e o desaparelhamento do Estado para o desempenho de tarefas fiscalizatórias junto ao transporte, armazenagem e comercialização de medicamentos.

O concurso de membros qualificados do quadro das nossas Polícias Civil e Militar, decididamente permitirá o aprimoramento na fiscalização dessa área, principalmente no que tange aos medicamentos controlados, isto é, os produtos cuja distribuição dependa obrigatoriamente da apresentação de receita médica e os carregamentos procedentes de outros Estados.

Propor-se-á, ainda, a irmanação de esforços entre as forças policiais requeridas e os demais recursos humanos já disponibilizados pela Secretaria da Saúde, através do seu Serviço de Vigilância Sanitária, além da

imprescindível participação da Delegacia de Roubos de Carga e Estelionato.

#### REQUERIMENTO Nº 2309

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, reforçando solicitação de implantação de ensino médio no Colégio Estadual Emília Buzato - EFM, do município de Campo Magro, protocolada naquele Órgão Estadual sob nº 4.641.545-0.

Sala das Sessões, em 28.11.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO Nº 2321

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, REQUEREM, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ao Ministério da Educação e à Prefeitura Municipal de Mandirituba, solicitando a prestação de contas do ano de 1999 do Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério (Fundef) do município de Mandirituba, bem como, a lista de funcionários públicos remunerados pelo Fundef, o número de alunos e de professores, lotação de cada professor, número de funcionários, lotação de cada funcionário, valor salarial de cada professor e de cada funcionário.

Sala das Sessões, em 28.11.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO

GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

A todo dia nos chegam denúncias de malversação do dinheiro público, sobretudo, com relação a pagamentos de notas frias, superfaturamento de obras, irregularidade na aplicação dos recursos da Educação (Fundef). Diante disso e por querer moralizar e evitar escândalos com o dinheiro público, estamos acompanhando os processos junto ao Ministério Público e pleiteando junto ao Poder Judiciário uma Câmara Especial de julgamento de prefeitos. Para tanto, as informações solicitadas neste requerimento são fundamentais para a fiscalização das verbas do Fundef no município de Mandirituba.

#### REQUERIMENTO Nº 2322

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente solicitando ao Ministério dos Transportes e à Secretaria de Estado dos Transportes a imediata recuperação e manutenção das estradas paranaenses que estão em péssimas condições de conservação.

Sala das Sessões, em 28.11.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

#### REQUERIMENTO Nº 2310

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, solicitando informações sobre o valor repassado pela mesma aos cofres do município de Curitiba, referente ao Imposto sobre Serviços Sociais - ISS, referente aos últimos doze meses, discriminando-os mês-a-mês.

Sala das Sessões, em 28.11.2000.

(a) RICARDO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

O mentor deste requerimento pretende fazer um quadro comparativo do repasse ao ISS efetuado pela Sanepar ao município de Curitiba com outros municípios do Paraná.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 401/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Todo e qualquer procedimento para inutilização de lotes de medicamentos decorrente de vencimento de prazo de validade ou de qualquer determinante que os inviabilizem para consumo, passa a ser de responsabilidade conjunta da Secretaria de Estado da Saúde e da Fazenda.

§ 1º - Prefeituras municipais, unidades sanitárias e postos de saúde, obrigam-se a comunicar aos órgãos nominados para que os mesmos determinem as condições para o procedimento que deverá ser fiscalizado e relatado por funcionários da Vigilância Sanitária e da Receita Estadual.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

A CPI dos Medicamentos recebeu denúncias de práticas obscuras de inutilização de medicamentos, via incineração e até mesmo enterro, cujas veracidades foram impossíveis de constatação, em virtude do tempo decorrido dos registros.

As denúncias davam conta de interesses políticos e econômicos por parte dos participantes.

Daí, a necessidade das medidas propostas no plano de lei em pauta.

#### PROJETO DE LEI Nº 402/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Para o atendimento do disposto no artigo 1º da Lei nº 12.904, de 31 de julho de 2000, o órgão instituído pela Lei nº 4.978/64 fica acrescido de (02) duas vagas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.2000.

(a) BETO RICHA

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei visa corrigir o texto de lei nº 12.904, de 31 de julho de 2000, que autorizou o Poder Executivo a “incluir” 02 (dois) membros no Conselho Estadual de Educação - CEE”. A redação final do projeto de lei, infelizmente omitiu a parte “fica acrescido de dois membros”, podendo trazer dúvidas quanto ao pretendido pelo Poder Legislativo e no interesse da administração pública.

**PROJETO DE LEI Nº 403/2000**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica autorizada a Universidade Estadual de Londrina - UEL, a alienar uma chácara, no lote de terra sob nº 189, com área de 5.842m<sup>2</sup>, no Ribeirão da Esperança, matriculado sob nº 19.139; e um apartamento no Edifício Amaralina, nº 404, 4º andar, na Rua Pará, nº 590, com área exclusiva de 70,00m, área de uso comum de 09,04m e espaço de garagem de 10,55m<sup>2</sup>, matriculado sob nº 2.555, ambos situados no município de Londrina, Estado do Paraná e de propriedade da referida universidade.

Parágrafo Único - a receita auferida desta alienação destinar-se-á a construção de área física para instalação do Curso de Pós-Graduação, Mestrado em Ciências Biológicas, conforme projeto encaminhado à Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação da UEL e à Coordenação do Pessoal de Nível Superior - Capes do Ministério do governo federal.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.11.2000.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

**JUSTIFICATIVA:**

Os imóveis em questão, objeto deste pleito, são originários de doação à Universidade Estadual de Londrina, pelo falecido professor Peter Walter Westcott, conforme Termo de Adjudicação extraídos dos autos nº 415/91 da 9ª Vara da Comarca de Londrina, já incorporadas ao patrimônio da UEL.

Cabe ressaltar que o falecido professor deixou manifestada a sua vontade de que seus bens materiais fossem destinados ao Departamento de Biologia Animal

e Vegetal do Centro de Ciências Biológicas desta universidade.

Ademais disso, os imóveis em tela, dada suas características físicas e econômicas, atualmente, muito pouco têm contribuído para com a finalidade e propósito do doador, isto é, o aperfeiçoamento constante e difusão dos conhecimentos no campo da ciência biológica.

Tanto o apartamento como a chácara estão ociosos e sem ocupação, em razão de suas localizações, infra-estruturas existentes, farta oferta de imóveis no mercado para locação e opções alternativas mais ricas para realização de pesquisa (mata do Godoy) ou de plantio destinado à comercialização de produtos hortigranjeiros (fazenda-escola) disponíveis na própria universidade.

Viabilizar a instalação da Pós-Graduação em Biologia, com recursos oriundos dos bens doados, além de respeitar a vontade do doador, é uma forma singela da instituição reconhecer seu trabalho e dedicação impar em prol das Ciências Biológicas, em constante evolução no mundo contemporâneo.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares ao presente plano de lei.

**PROJETO DE LEI Nº 404/2000**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica criado o Fundo de Conservação Rodoviária do Estado do Paraná - Funcor, destinado, exclusivamente, para:

I - a conservação das rodovias integrantes do Sistema Rodoviário Estadual;

II - as contribuições do Estado, a título de contrapartida obrigatória em decorrência da celebração, com a União ou os municípios, de convênio cuja finalidade seja conservação de redes rodoviárias do Estado do Paraná.

§ 1º - Para os efeitos desta lei, se entende por conservação rodoviária o conjunto de atividades destinadas a preservar tanto em curto, como em médio ou longo prazos, a condição das rodovias, de modo que se preveja sua degradação e propicie-se assim um serviço adequado e permanente de conservação. Tais atividades compreendem os estudos, pesquisas, sistemas, sistemas de gerência e planejamento da conservação; a limpeza, reparação e substituição de drenagem, os controles da vegetação; a reparação dos taludes laterais; o nivelamento de superfícies; a reparação de pavimentos, incluída a reparação seletivadas capas de materiais subjacentes; o reforço do pavimento mediante capas adicionais; a reparação e substituição de dispositivos de segurança e sinalização em geral, tudo o que se fizer necessário para manutenção das condições da via e o reforço da sua estrutura. A conservação rodoviária não compreende a reconstrução das rodovias e nem as modificações ou melhoramentos substanciais de padrão, entendendo-se por estes a pavimen-



tação de rodovias implantadas ou qualquer obra que modifique a geometria do eixo ou a largura.

§ 2º - A Funcor será vinculada, para efeitos administrativos, à Secretaria de Estado dos Transportes, que lhe prestará suporte técnico e material.

Art. 2º - O Funcor terá um Conselho de Administração constituído dos seguintes membros:

I - secretário de Estado dos Transportes, como presidente;

II - secretário de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico;

III - secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento;

IV - diretor geral do Departamento de Estradas de Rodagem;

V - representante da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

VI - representante da Associação dos Municípios do Estado do Paraná;

VII - representante da Federação da Agricultura do Estado do Paraná;

VIII - representante da Federação das Indústrias do Estado do Paraná;

IX - representante da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná;

X - representante da Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Paraná e Santa Catarina;

XI - representante dos usuários indicado pela Secretaria Especial de Proteção e Defesa do Consumidor, Secon;

§ 1º - Os Conselheiros tem mandato não remunerado.

§ 2º - Os conselheiros a que se referem os incisos I a III podem delegar suas atribuições, mediante autorização expressa, vedada a delegação a outro membro já participante do Conselho.

§ 3º - Os Conselheiros referidos nos incisos V a IX devem ser expressamente indicados pelos titulares dos respectivos órgãos, mediante documento escrito, observada a vedação disposta na parte final do parágrafo seguinte.

Art. 3º - Os recursos do Funcor serão geridos por uma Diretoria Executiva composta pelo secretário de Estado dos Transportes, pelo diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, DER e por um representante não pertencente ao Poder Executivo indicado pelo Conselho de Administração.

§ 1º - O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, DER será o órgão executor do Funcor e disponibilizará os recursos humanos e materiais necessários a seu suporte operacional.

§ 2º - A Diretoria Executiva poderá constituir a estrutura necessária para a administração, controle e gestão dos recursos do Funcor.

§ 3º - Os gastos com pessoal e serviços de administração e gestão dos recursos do Funcor não poderão ultrapassar a 1% (um por cento) da sua receita anual total.

Art. 4º - Constituem receitas do Funcor:

I - a arrecadação decorrente da aplicação do disposto no artigo 1º da Lei nº..., de... que dispõe sobre a retenção de valores sobre a comercialização de combustíveis no Estado e dá outras providências;

II - a arrecadação proveniente da exploração da faixa de domínio e das multas de trânsito e por excesso de peso aplicadas na jurisdição do DER do Paraná;

III - transferências à conta do Orçamento do Estado;

IV - auxílios, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, desde que destinados ao desenvolvimento de suas atividades;

V - doações e legados;

VI - juros bancários e correção monetária de seus depósitos;

VII - outros recursos que lhe forem especificamente destinados;

VIII - quaisquer outras rendas eventuais.

Art. 5º - Compete ao Conselho de Administração do Funcor:

I - estabelecer a política de conservação rodoviárias a ser desenvolvida anualmente, observando, estritamente, o que dispõe esta lei;

II - traçar as diretrizes técnicas que balizarão as decisões a serem implementadas, anualmente, com vista ao atendimento de suas finalidades;

III - aprovar o orçamento anual do Funcor;

IV - opinar, antes de encaminhar ao governador do Estado e à Assembleia Legislativa para deliberação, sobre propostas de convênios a serem celebrados pelo Funcor;

V - propor ao governador do Estado e à Assembleia Legislativa as ações a serem desenvolvidas, anualmente, por decorrência das metas estabelecidas e dos recursos destinados ao Fundo;

VI - analisar e oferecer parecer à prestação de contas da Diretoria Executiva do Funcor, referente ao exercício vencido, antes de encaminhá-la ao Tribunal de Contas do Estado, na forma de legislação vigente;

VII - elaborar e aprovar o Regimento Interno;

VIII - exercer as demais atribuições constantes desta lei, ou dela decorrentes.

Art. 6º - Qualquer ação a ser desenvolvida pelo Funcor dependerá de prévia aprovação do governador do Estado e da Assembleia Legislativa, que se manifestarão após análise de proposta formulada pelo Conselho de Administração e que conterà, obrigatoriamente, e de forma pormenorizada, os seguintes dados:

I - no caso de aquisição de equipamentos:

- a) quantidade e especificação técnica;
- b) exposição sobre a necessidade de sua aquisição;
- c) destinação.

II - no caso de rodovia:

- a) obra ou serviço a ser executado;
- b) trecho abrangido;
- c) tempo de duração da obra ou serviço;
- d) prazo de conclusão;
- e) desembolso de pagamento.

§ 1º - Observado o interesse social, poderá a Assembléia Legislativa, quando do exame e discussão da matéria, oferecer emenda de natureza aditiva, modificativa ou supressiva à proposta formulada pelo Conselho de Administração.

§ 2º - Recebida, a proposta será discutida e votada até a quinta Sessão Ordinária subsequente, considerando-se automaticamente aprovada se transcorridos esses prazos em deliberação.

Art. 7º - Fica autorizada a abertura de conta corrente única e específica em instituição financeira de crédito, oficial ou não, destinada ao recebimento e movimentação dos recursos relativos ao Funcor.

Parágrafo Único - Qualquer movimentação financeira em nome da instituição somente poderá ser feita com a assinatura de, pelo menos, dois membros da sua Diretoria Executiva.

Art. 8º - Os saldos financeiros do Funcor, verificados ao final de cada exercício, serão automaticamente transferidos, a seu critério, para o exercício seguinte.

Parágrafo Único - A Diretoria Executiva encaminhará à Assembléia Legislativa, para análise e parecer da Comissão de Fiscalização, no prazo de trinta dias, demonstrativo discriminado, contendo valores arrecadados, despesas efetuadas e serviços no período referente aos últimos noventa dias.

## **Capítulo II**

### **Disposições Gerais**

Art. 9º - Os recursos auferidos por decorrência do disposto nesta lei, devem:

I - ser destinados diretamente ao Funcor, que manterá conta corrente bancária vinculada para suas movimentações;

II - ser utilizados, exclusivamente, para a finalidade descrita no art. 1º desta lei.

Parágrafo Único - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos do Fundersul para pagamento de salários e quaisquer vantagens relativas a pessoal, bem como diárias a motoristas, operadores de máquinas e a pessoas que trabalhem diretamente, na construção, manutenção e recuperação, ou no melhoramento de rodovias estaduais.

Art. 10 - O Funcor pode acompanhar e controlar o recolhimento de valores feitos em seu benefício, em conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 11 - Para o atingimento dos objetivos fixados nesta lei, havendo necessidade de remanejamento ou suplementação de dotações integrantes do Orçamento Geral do Estado, inclusive alteração de programas estabelecidos na Lei de Diretrizes, fica o Poder Executivo autorizado a adotar os procedimentos adequados às suas respectivas implementações.

## **Capítulo III**

### **Disposições Finais**

Art. 12 - As obras e serviços executados com recursos do Funcor deverão ter, obrigatoriamente, placas indicativas do custo, prazo e extensão, bem como, em caracteres diferenciados e ressaltados, as seguintes expressões: "obra realizada com recursos do Funcor"; telefone para sugestões e reclamações:

Parágrafo Único - Os veículos e equipamento caracterizados como material permanente, adquiridos com recursos do Funcor deverão ter fixados nos mesmos, obrigatoriamente, através de adesivo ou pintura, as seguintes expressões: "adquirido com recursos do Funcor".

Art. 13 - Os secretários de Estado dos Transportes; da Fazenda; Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico e da Agricultura e do Abastecimento devem tornar de imediato as medidas cabíveis para, dentro de suas respectivas áreas de atuação e competência, dar implemento às disposições da presente lei, podendo expedir atos normativos conjuntos.

Parágrafo Único - Obedecidas as normas DER deve implementar complementarmente as medidas a que se refere o artigo.

Art. 14 - Caberá ao chefe do Poder Executivo, no prazo máximo de três dias contados da vigência desta lei, convocar os integrantes do Conselho de Administração com vistas à instalação do Funcor e imediato início de suas atividades.

Art. 15 - O Funcor terá duração indeferida.

Art. 16 - Esta lei entrará em vigor trinta dias após a sua publicação, ficando expressamente revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.2000.

(a) GERALDO CARTÁRIO

A malha rodoviária sob responsabilidade do Estado do Paraná constitui-se de 14.148,20Km, sendo que 2.369Km encontra-se sob concessão (1.762,50 Km federais transferidas e 606,50 Km estaduais). Restam portanto 11.779,20 Km que devem ser mantidos com

recursos do Tesouro do Estado. Desse total 9.552,20 Km são de rodovias pavimentadas e 2.227 Km de estradas não pavimentadas, o que corresponde a um patrimônio público avaliado em cerca de três bilhões de reais.

Com base em índices gerais do Banco Mundial é possível estimar que a necessidade de recursos para conservar adequadamente os 11.779,20 Km de rodovias paranaenses seria da ordem de R\$78 milhões por ano. Observa-se que o Departamento de Estradas de Rodagem vem gastando, em média nos últimos seis anos, R\$15 milhões por ano na conservação. Isto significa que se deixou de realizar um grave volume de serviços para conservar as estradas, o que traz como consequência a acelerada deterioração da malha e enormes prejuízos ao Estado.

Como será demonstrado ao longo desta justificativa, a conservação adequada para evitar prejuízos exige o planejamento e a disponibilidade dos recursos financeiros no momento da necessidade da execução dos serviços.

No Brasil, assim como em muitos outros países, o descaso com a conservação dos pavimentos é tanto que se admite como “normal” o ciclo: construção, deterioração, reconstrução. Por outro lado, é possível encontrar-se na Europa estradas construídas nas décadas de trinta e quarenta que nunca necessitaram de reabilitação ou construção. Quando executa-se os serviços de conservação no momento apropriado, elimina-se a necessidade futura de altos investimentos em reabilitação ou reconstrução, além de evitar também o aumento do custo operacional dos veículos.

O estado de conservação em que se encontra o pavimento influi diretamente no custo operacional dos veículos. Levantamentos realizados pelo Banco Mundial indicam que um caminhão pesado, por exemplo, trafegando numa rodovia em mau estado pode sofrer um acréscimo de até 46% no seu custo operacional. Para os demais veículos os acréscimos são menores, porém, não menos significativo, como se pode observar no quadro que se encontra apresentado na seqüência.

#### AUMENTO NO CUSTO OPERACIONAL DOS VEÍCULOS EM FUNÇÃO DO ESTADO DA RODOVIA

	REGULAR %	RUIM %
Automóvel	6	14-26
Ônibus	4	9-16
Caminhões Leves	11	24-38
Caminhões Pesados	14	29-46

A falta de conservação adequada resulta num considerável aumento do custo operacional dos veículos e na extraordinária deterioração do patrimônio rodoviário. Estudos realizados pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL, patrocinados pela Agência de Cooperação Técnica da República Federal da Alemanha - GTZ assim como estudos realizados pelo Banco Mundial, apontam que os prejuízos decorrentes do mau estado da infra-estrutura viária da América Latina situam-se em torno de 2% do Produto Interno Bruto - PIB. Este prejuízo constitui-se dos acréscimos nos custos operacionais dos veículos e dos custos de restauração da malha viária, os quais poderiam ser evitados se houvesse a manutenção adequada da rede na época oportuna. A eliminação desse prejuízo significaria uma considerável economia, permitindo assim maiores investimentos para elevar a qualidade de vida da população.

***Cada Real não aplicado na conservação rodoviária significa a perda de: R\$3,00 em custos de restauração e reconstrução de estradas; R\$3,00 em custos adicionais de operação dos veículos em trânsito.***

***Fonte: Nações Unidas***

O sistema de financiamento que vem sendo adotado para o setor, com base em recursos do orçamento geral, além de não gerar a quantidade necessária apresenta outro problema: quando os recursos encontram-se liberados de todos os trâmites burocráticos não são mais suficientes para cumprir seu objetivo, pois a deterioração do pavimento avançou e exige serviços mais pesados e mais caros. A conservação viária exige atuação planejada, permanente e contínua. No entanto, é comum a paralisação dos já poucos serviços realizados em épocas de final e início de ano, agravando-se ainda mais em épocas de mudança dos governos. Este fato contribui para aumentar ainda mais os prejuízos já mencionados. Daí surge a necessidade de criação de um Fundo específico para garantir o planejamento e a continuidade dos serviços e, principalmente, evitar os prejuízos.

Apesar de ser fundamental, somente a alocação dos recursos não é suficiente para garantir a conservação contínua e permanente das rodovias. É preciso também criar uma entidade institucionalmente forte, com a participação efetiva dos usuários, pois são estes os principais interessados em reduzir o custo operacional dos seus veículos e trafegar com maior segurança. É por isso que se propõe a criação do Conselho de Administração com a participação dos usuários. Dessa forma amplia-se a transparência e o controle da aplicação dos recursos, o que resulta em maior credibilidade por parte dos contribuintes.

Os governos estaduais e federal vêm buscando soluções para financiar a construção e conservação de rodovias envolvendo a iniciativa privada no processo, via concessão, arrecadando os recursos diretamente dos usuários através da cobrança de pedágios. Cabe lembrar

que esta solução aplica-se a pequena parte da malha, somente é viável em trechos com grande volume de tráfego e que o custo de arrecadação do pedágio pode atingir entre 10% a 30% do valor arrecadado. Além disso, este sistema deve ser aplicado quando não resulte em tarifas elevadas e insuportáveis para os usuários, gerando elevados custos de transporte de passageiros e mercadorias, o que pode inviabilizar a economia de um Estado ou País. Registre-se também que nos países desenvolvidos onde há rodovias com pedágio sempre existe uma rota alternativa sem cobrança para o usuário.

A forma de financiamento ora proposta, com base na constituição do Funcor através das receitas de um ou dois centavos de real retidos na venda da gasolina e diesel, respectivamente, propiciará uma arrecadação anual de R\$73,4 milhões, valor suficiente para garantir um ótimo padrão de conservação para a malha rodoviária estadual.

***Resultado da indisponibilidade de recursos suficientes para a adequada conservação da malha rodoviária:***

***- Perda de um dos mais importantes patrimônios do Estado, construído ao longo de muitos anos com recursos e esforços dos paranaenses.***

***- Acréscimo de 46% no custo operacional dos veículos e, por consequência, aumento no preço final dos produtos e serviços.***

***- Acréscimo de até três vezes mais nos gastos com reabilitações ou reconstruções.***

***- Elevado número de acidentes e perdas de vidas humanas devido à falta de controle e segurança nas estradas.***

Tendo em vista o exposto, e considerando, principalmente, que a falta de conservação da rede rodoviária resulta em grandes prejuízos para o Estado, inviabilizando assim a aplicação de mais recursos em outras áreas prioritárias, tornam-se imperativa a aprovação deste projeto de lei.

Cientes do relevante benefício que este projeto trará ao Estado, contamos com o apoio dos nobres colegas para aprová-lo.

PROJETO DE LEI Nº 405/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - As empresas que atuam como contribuintes substitutos na retenção e no pagamento do ICMS devido ao Estado, relativamente aos produtos combustíveis derivados de petróleo, devem reter 1 (um) centavo de real para litro de gasolina e 2(dois) centavos de real para cada litro do óleo diesel então vendidos, dando aos retidos a destinação disciplinada no § 2º.

§ 1º - A regra deste artigo não se aplica aos produtos:

I - gás liquefeito de petróleo (GLP ou gás de cozinha);

II - óleo industrial destinado à geração de energia termoeletrica;

III - gasolina e querosene de aviação;

IV - aditivos, lubrificantes e assemelhados, para o uso em equipamentos, máquinas e veículos em geral.

§ 2º - Os valores retidos devem ser recolhidos diretamente ao Fundo de Conservação Rodoviária do Estado do Paraná - Funcor, que manterá conta corrente bancária para suas movimentações.

Art. 2º - A retenção referida no artigo anterior deve ser realizada independentemente ao recolhimento do valor do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações devido em cada operação.

Art. 3º - Os recursos auferidos por decorrência do disposto nesta Lei devem ser utilizados, exclusivamente, para:

I - a conservação das rodovias integrantes do Sistema Rodoviário Estadual;

II - as contribuições do Estado, a título de contrapartida obrigatória em decorrência da celebração, com a União ou com os Municípios, de convênio cuja finalidade seja conservação de redes rodoviárias do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta Lei se entende por conservação rodoviária o conjunto de atividades destinadas a preservar tanto em curto, como em médio ou longo prazo, a condição das rodovias, de modo que se preveja sua degradação e propicie-se assim um serviço adequado e permanente de conservação. Tais atividades compreendem estudos, pesquisas, sistemas de gerência e planejamento da conservação; a limpeza, reparação e substituição dos sistemas de drenagem; os controles da vegetação; a reparação dos taludes laterais; o nivelamento de superfície; a reparação de pavimentos, incluída a reparação seletiva das capas de materiais subjacentes; o reforço do pavimento mediante capas adicionais; a reparação e substituição de dispositivos de segurança e sinalização e, em geral, tudo o que se fizer necessário para a manutenção das condições da via e o reforço da sua estrutura. A conservação rodoviária não compreende a reconstrução das rodovias e nem as modificações ou melhoramentos substanciais de padrão, entendendo-se por estes a pavimentação de rodovias implantadas ou qualquer obra que modifique a geometria do eixo ou a largura.

Art. 4º - A fiscalização relativa às disposições desta lei deve ser feita pela Secretaria de Estado da

Fazenda, observadas as prescrições desta lei, e no que couber, as da legislação aplicável à receita estadual.

Parágrafo Único - O Funcor pode acompanhar e controlar o recolhimento de valores feitos em seu benefício, em conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 5º - Para o atingimento dos objetivos fixados nesta lei, havendo necessidade de remanejamento ou suplementação de dotações integrantes do Orçamento Geral do Estado, inclusive alteração de programas estabelecidos nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias, fica o Poder Executivo autorizado a adotar os procedimentos adequados às suas respectivas implementações.

Art. 6º - Os secretários de Estado da Fazenda: dos Transportes e do Planejamento e Coordenação Geral devem tomar de imediato as medidas cabíveis para, dentro de suas respectivas áreas de atuação e competências, dar implemento às disposições da presente lei, podendo expedir atos normativos conjuntos.

Parágrafo Único - Obedecidas as normas hierárquicas e de funcionamento do órgão, o diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER deve implementar complementarmente as medidas a que se refere este artigo.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICATIVA:

A malha rodoviária sob responsabilidade do Estado do Paraná constitui-se de 14.148,20Km, sendo que 2.369Km encontra-se sob concessão (1.762,50 Km federais transferidas e 606,50 Km estaduais). Restam portanto 11.779,20 Km que devem ser mantidos com recursos do Tesouro do Estado. Desse total 9.552.20 Km são de rodovias pavimentadas e 2.227 Km de estradas não pavimentadas, o que corresponde a um patrimônio público avaliado em cerca de três bilhões de reais.

Com base em índices gerais do Banco Mundial é possível estimar que a necessidade de recursos para conservar adequadamente os 11.779,20 Km de rodovias paranaenses seria da ordem de R\$78 milhões por ano. Observa-se que o Departamento de Estradas de Rodagem vem gastando, em média nos últimos seis anos, R\$15 milhões por ano na conservação. Isto significa que se deixou de realizar um grave volume de serviços para conservar as estradas, o que traz como consequência a acelerada deterioração da malha e enormes prejuízos ao Estado.

Como será demonstrado ao longo desta justificativa, a conservação adequada para evitar prejuízos exige o planejamento e a disponibilidade dos recursos financeiros no momento da necessidade da execução dos serviços.

No Brasil, assim como em muitos outros países, o descaso com a conservação dos pavimentos é tanto que se admite como “normal” o ciclo: construção, deterio-

ração, reconstrução. Por outro lado, é possível encontrar-se na Europa estradas construídas nas décadas de trinta e quarenta que nunca necessitaram de reabilitação ou construção. Quando executa-se os serviços de conservação no momento apropriado, elimina-se a necessidade futura de altos investimentos em reabilitação ou reconstrução, além de evitar também o aumento do custo operacional dos veículos.

O estado de conservação em que se encontra o pavimento influi diretamente no custo operacional dos veículos. Levantamentos realizados pelo Banco Mundial indicam que um caminhão pesado, por exemplo, trafegando numa rodovia em mau estado pode sofrer um acréscimo de até 46% no seu custo operacional. Para os demais veículos os acréscimos são menores, porém, não menos significativo, como se pode observar no quadro que se encontra apresentado na sequência.

#### AUMENTO NO CUSTO OPERACIONAL DOS VEÍCULOS EM FUNÇÃO DO ESTADO DA RODOVIA

	REGULAR %	RUIM %
Automóvel	6	14-26
Ônibus	4	9-16
Caminhões Leves	11	24-38
Caminhões Pesados	14	29-46

A falta de conservação adequada resulta num considerável aumento do custo operacional dos veículos e na extraordinária deterioração do patrimônio rodoviário. Estudos realizados pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL, patrocinados pela Agência de Cooperação Técnica da República Federal da Alemanha - GTZ assim como estudos realizados pelo Banco Mundial, apontam que os prejuízos decorrentes do mau estado da infra-estrutura viária da América Latina situam-se em torno de 2% do Produto Interno Bruto - PIB. Este prejuízo constitui-se dos acréscimos nos custos operacionais dos veículos e dos custos de restauração da malha viária, os quais poderiam ser evitados se houvesse a manutenção adequada da rede na época oportuna. A eliminação desse prejuízo significaria uma considerável economia, permitindo assim maiores investimentos para elevar a qualidade de vida da população.

***Cada Real não aplicado na conservação rodoviária significa a perda de: R\$3,00 em custos de restauração e reconstrução de estradas; R\$3,00 em custos adicionais de operação dos veículos em trânsito.***

***Fonte: Nações Unidas***

O sistema de financiamento que vem sendo adotado para o setor, com base em recursos do orçamento geral, além de não gerar a quantidade necessária apresenta outro problema: quando os recursos encontram-se liberados de todos os trâmites burocráticos não são mais suficientes para cumprir seu objetivo, pois a deterioração do pavimento avançou e exige serviços mais pesados e mais caros. A conservação viária exige atuação planejada, permanente e contínua. No entanto, é comum a paralisação dos já poucos serviços realizados em épocas de final e início de ano, agravando-se ainda mais em épocas de mudança dos governos. Este fato contribui para aumentar ainda mais os prejuízos já mencionados. Daí surge a necessidade de criação de um Fundo específico para garantir o planejamento e a continuidade dos serviços e, principalmente, evitar os prejuízos.

Apesar de ser fundamental, somente a alocação dos recursos não é suficiente para garantir a conservação contínua e permanente das rodovias. É preciso também criar uma entidade institucionalmente forte, com a participação efetiva dos usuários, pois são estes os principais interessados em reduzir o custo operacional dos seus veículos e trafegar com maior segurança. É por isso que se propõe a criação do Conselho de Administração com a participação dos usuários. Dessa forma amplia-se a transparência e o controle da aplicação dos recursos, o que resulta em maior credibilidade por parte dos contribuintes.

Os governos estaduais e federal vêm buscando soluções para financiar a construção e conservação de rodovias envolvendo a iniciativa privada no processo, via concessão, arrecadando os recursos diretamente dos usuários através da cobrança de pedágios. Cabe lembrar que esta solução aplica-se a pequena parte da malha, somente é viável em trechos com grande volume de tráfego e que o custo de arrecadação do pedágio pode atingir entre 10% a 30% do valor arrecadado. Além disso, este sistema deve ser aplicado quando não resulte em tarifas elevadas e insuportáveis para os usuários, gerando elevados custos de transporte de passageiros e mercadorias, o que pode inviabilizar a economia de um Estado ou País. Registre-se também que nos países desenvolvidos onde há rodovias com pedágio sempre existe uma rota alternativa sem cobrança para o usuário.

A forma de financiamento ora proposta, com base na constituição do Funcor através das receitas de um ou dois centavos de real retidos na venda da gasolina e diesel, respectivamente, propiciará uma arrecadação anual de R\$73,4 milhões, valor suficiente para garantir um ótimo padrão de conservação para a malha rodoviária estadual.

***Resultado da indisponibilidade de recursos suficientes para a adequada conservação da malha rodoviária:***

***\* Perda de um dos mais importantes patrimônios do Estado, construído ao longo de muitos anos com recursos e esforços dos paranaenses.***

***\* Acréscimo de 46% no custo operacional dos veículos e, por consequência, aumento no preço final dos produtos e serviços.***

***\* Acréscimo de até três vezes mais nos gastos com reabilitações ou reconstruções.***

***\* Elevado número de acidentes e perdas de vidas humanas devido à falta de controle e segurança nas estradas.***

Tendo em vista o exposto, e considerando, principalmente, que a falta de conservação da rede rodoviária resulta em grandes prejuízos para o Estado, inviabilizando assim a aplicação de mais recursos em outras áreas prioritárias, tornam-se imperativa a aprovação deste projeto de lei.

Cientes do relevante benefício que este projeto trará ao Estado, contamos com o apoio dos nobres colegas para aprová-lo.

#### PROJETO DE LEI Nº 406/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o governo do Estado do Paraná autorizado a proceder a extinção da cobrança do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, nas operações de compra e de venda de medicamentos genéricos, pelo período de 5 (cinco) anos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

Os grandes laboratórios produtores de medicamentos instalados no Brasil, quase todos eles filiais de empresas estrangeiras, beneficiados pela política neoliberal e globalizante vigente, relutam quanto à obrigatoriedade da colocação de medicamentos genéricos nas prateleiras das nossas farmácias, inconformados com a redução da margem de lucro em relação à comercialização dos chamados produtos de marca.

A aprovação do documento em questão, pouco refletirá no resultado arrecadatário do físico estadual.

No entanto, oferecerá ao consumidor, ao assalariado, ao aposentado, ao doente crônico obrigado à ingestão contínua de remédio, condições mais favoráveis para a sua aquisição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

Passa-se ao Horário das Lideranças. PFL, PDT, PT, PSDB.

**(Declinam)**

No horário destinado ao PMDB, concedemos a palavra ao deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA**

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Tem causado uma inquietação muito grande no Paraná a veiculação, na imprensa, que o governo vai reajustar o pedágio em nosso Estado. E o pedágio é um assunto que nos traz uma triste lembrança, aqui nesta Casa, porque para nós é um assunto mal resolvido. É um assunto mal explicado, com grandes questionamentos.

Por isso, senhor presidente, queremos colocar aqui a posição do PMDB em relação a este assunto, que a imprensa ventila e observamos na mídia o governo Jaime Lerner anunciando, em duas páginas de todos os jornais do Paraná, fazendo propaganda da conservação das rodovias, da importância do pedágio. O secretário Rafael Greca dando entrevistas nas rádios do Paraná, dizendo que é mais caro o caixão do que o pedágio. Enfim, o governo prepara, na verdade, o anúncio da morte, que é o reajuste do pedágio.

E preocupa-me, deputado Nelson Justus, Vossa Excelência que, além de presidente desta Casa, tem o respeito da nossa parte, o comentário na imprensa de que Vossa Excelência será o secretário dos Transportes. Se fosse permitido ao amigo, consultar-nos a respeito do que acharíamos desta decisão, com certeza iríamos dizer para Vossa Excelência não entrasse nesta fria. Porque apenas problemas àquela Pasta espera, para que Vossa Excelência possa assumi-los e descascá-los. Mas, além dos problemas, dos buracos das rodovias, da falta de repasse de recursos para as pedras irregulares, para os caminhos do saber, os convênios atrasados há dois anos, senhor presidente, além de tudo isto, o que mais nos preocupa é o pedágio. Porque gostaríamos de ter feito a CPI, aqui nesta Casa, para que pudéssemos ter esclarecidas todas as dúvidas atinentes ao pedágio. E que, para nós, sinceramente, não passou de um grande “marmelo”, de uma fábrica de acertos entre as pessoas que fizeram a concessão das rodovias do Paraná.

Vamos voltar à carga. Não vamos aceitar, paciente-mente que o secretário da Comunicação do governo do Paraná, Rafael Greca, ande pelo Paraná dizendo que é mais caro o pedágio do que o caixão. É mais caro o pedágio do que a falta de responsabilidade deste governo, que coloca um pedágio exorbitante para sacrificar o povo paranaense, que não pensa na condição do agricultor sofrido que hoje recebe minguados lucros por sua atividade e, na maioria das vezes trabalha para produzir, para plantar.

Então, o governo não se preocupa com o problema do povo do Paraná. O governo se preocupa com as concessionárias, com aquelas que recebem o pedágio o que é errado. E agora, então, prepara o terreno, passa o arado, passa a grade para deixar o terreno liso para vir à imp-

rensa amanhã e anunciar que o pedágio será reajustado em 15% ou 18%.

Vamos avisar a este Parlamento: a luta pela CPI do Pedágio continuará, para que isto fique inteiramente esclarecido ao Paraná. O pedágio é um assunto mal resolvido e a concessão de rodovias continua indigesta para nós! Não iremos aceitar calados o reajuste do preço do pedágio no Paraná e o governo vai ter que explicar, sim, as diferenças que encontramos entre o preço estabelecido que define o valor do pedágio com os estudos que possuímos e que demonstram claramente que estes preços foram super-faturados.

Por isso, senhor presidente Nelson Justus, Vossa Excelência é político matreiro, experiente, e deve raciocinar muito antes de assumir este cargo de secretário dos Transportes do Paraná, porque é um abacaxi! Vossa Excelência vai lutar com o pedágio e o governo Jaime Lerner está marcado na volta da palheta como o homem que criou o pedágio para dificultar a vida do povo do Paraná. E Vossa Excelência que tem um currículo invejável, que preside esta Casa com muita galhardia, não deveria colocar um senão no currículo que Vossa Excelência ostenta com orgulho para o senhor, sua família e para nós que somos seus amigos.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Quero agradecer às gentis palavras do deputado Nereu Moura. Palavras estas que ficam muito por conta da nossa amizade do que qualquer outra coisa.

Claro que só poderei respondê-lo quando assumir qualquer cargo no Poder Executivo. Por enquanto ainda sou presidente da Assembléia.

Ainda do Horário das Lideranças, o PFL, PSDB, PTB.

**(Declinam)**

No Horário da Liderança da Oposição, com a palavra o deputado Irineu Colombo.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Senhor presidente, senhores deputados.

Pela terceira vez faço um pronunciamento semelhante para mostrar a extrema preocupação que temos com a situação grave do Estado do Paraná. De certa forma complemento as palavras do deputado Nereu Moura, líder do PMDB.

Ontem, na cidade de Lobato, há 60 quilômetros de Maringá, teve uma manifestação de moradores, lideranças comunitárias e lideranças políticas, vereadores, prefeitos, que envolvem vários municípios em torno de Lobato. Os manifestantes foram à margem da estrada com cartazes e faixas exigindo do governo estadual, de forma contundente, que conserte as PR's 461, 458, 463 e 210. Essas lideranças políticas locais já encaminharam dezenas de ofícios ao Departamento de Estradas Rurais do Paraná, ao governo do Estado, aos deputados estaduais e até o momento não receberam qualquer benefício nas estradas que eles querem. As estradas estão completa-

mente intransitáveis, são vários os acidentes que acontecem na região norte e noroeste do Estado que estão diretamente relacionados com a precariedade das estradas. Teve acidentes que ocorreram no acostamento porque os carros não transitam pela via principal, pelo leito principal da estrada, transitam pelo acostamento.

O caso mais hilário é que os funcionários do DER fizeram tapa buraco na rodovia 461, um tapa buraco colocando terra, ao invés de colocar lama asfáltica, porque o buraco era tão grande e colocavam terra para evitar maiores acidentes. E esta situação então deixou a população muito mais revoltada.

Veja só, o Estado do Paraná pegou para si o abacaxi de repassar pedágio ao povo das rodovias federais, não cobrou empenho do governo federal, e ao mesmo tempo faz reparos em rodovias asfaltadas colocando terra nos buracos. Isto é uma vergonha para o Paraná. Diante do Brasil os escândalos que este governo paranaense está produzindo deixa todos nós envergonhados, acaba com aquela fama que o Paraná é uma terra de progresso, uma terra de soluções, porque são escândalos no Fundef, escândalos na Segurança e agora este problema dos buracos nas nossas PR's.

Então, mais uma vez viemos nesta tribuna cobrar: primeiro, que o governo estadual use de todo empenho político para fazer com que o governo federal invista no Estado e segundo, abandone o pedágio, devolva o pedágio para o governo federal, que ele fique com este ônus, pegue o dinheiro e crie um fundo, através do Fundo Estadual rodoviário e invista nas nossas PR's. Seremos sempre, nós do Bloco de Oposição - acredito que falo inclusive em nome do nosso grande Líder, deputado Orlando Pessuti, solidários às Câmaras de Vereadores, aos prefeitos e as lideranças comunitárias que estão a exigir e fazer manifestações contra o pedágio e também para que os buracos das nossas PR's sejam arrumados e em muitos casos não é mais tapa buraco, é recapeamento.

Senhor deputado Orlando Pessuti, estou usando a Liderança da Oposição, tendo em vista que já tinha passado todos os demais horários.

### **O Sr. Orlando Pessuti**

Deputado, solicito um aparte a Vossa Excelência.

**(Assentimento)**

Deputado Colombo, quero cumprimentar Vossa Excelência porque há mais de um ano nós da Oposição e deputados do governo, temos questionado esta questão da precariedade das rodovias estaduais do Paraná e mais uma vez este assunto é trazido com propriedade por Vossa Excelência, porque apesar de todas as manifestações que nós, da Oposição fizemos e que deputados do governo também o fizeram, até o presente momento o governo do Estado não tomou nenhuma providência para sanar a precariedade do Estado.

E agora o que observamos para os próximos dias, em detrimento da vida do caminhoneiro e da vida dos usuários das rodovias, não só estaduais, mas também fed-

erais, aumento do pedágio em 8% pelo menos, aumento dos combustíveis.

E agora vem o governo com a proposta do IPVA, reduzindo o desconto que é de 15% para 12% e reduzindo o número de parcelas para quem optar pelo pagamento fracionado, de quatro para três parcelas.

Quer dizer, não bastasse a precariedade das rodovias, não bastasse que as empresas concessionárias não fizeram nenhuma obra de duplicação, estão contribuindo algumas passarelas, não fizeram a pavimentação de nenhuma terceira faixa são raros os locais que fizeram nada em termos de melhoria das pontes, e vem o aumento de 18%.

O preço do combustível já é uma realidade que vai subir, e agora ainda vem o IPVA encurtando as parcelas, diminuindo o número de parcelas e diminuindo o percentual de desconto.

Tanto que hoje, na reunião da C.C.J., Comissão de Constituição e Justiça pedimos vistas ao processo da proposta de lei do IPVA, para que possamos, todos o deputados já que essa proposta chegou ontem, por tempo de dar uma lida nesse projeto, analisá-lo do seu ponto de vista constitucional e legal, mas principalmente analisá-lo do ponto de vista numérico.

Ontem a noite tivemos um jantar de confraternização nas dependências do Cetcepar, e lá estavam transportadores integrantes da diretoria do Sindicato das Empresas Transportadoras de Cargas do Paraná, e todos eles estão, de certa forma, horrorizados com a precariedade das estradas, com aumento do pedágio, com o aumento dos combustíveis e agora com a notícia que chega que as parcelas para pagamento do IPVA serão diminuídas, e também diminuído o desconto. É um preço muito caro que está se colocando na vida dos caminhoneiros e dos proprietários de veículos automotores.

### **O SR. IRINEU COLOMBO**

Obrigado deputado, e também agradeço pela oportunidade da Liderança da Oposição.

### **O Sr. Augustinho Zuchi**

Vossa Excelência me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Colombo estou ouvindo atentamente o seu pronunciamento e ouvi agora o aparte do deputado Orlando Pessuti. É notória realmente a preocupação da população com relação a essa questão do transporte do Paraná, no Brasil via de regra. Mas a despeito do aumento de combustível inclusive há poucos dias atrás vi uma entrevista de uma hora e meia do presidente Fernando Henrique Cardoso ao apresentador Boris Casoy, jornalista Boris Casoy, aonde ele comentou sobre essa questão do aumento de combustível. Pois bem, colocou ele lá que é realmente um problema de conjuntura internacional, e que daqui cinco anos, se Deus quiser, o Brasil será independente com relação a produção de petróleo, não precisaremos mais importar petróleo.



Mas enfim, vivemos hoje no setor de transporte do nosso Brasil numa encruzilhada, porque com exceção das estradas pedagiadas, as outras estradas não têm mais a possibilidade de tráfego. Na região sudoeste do Paraná, vemos estradas que são praticamente intransitáveis.

E quero, deputado Colombo, nesse aparte, apenas dizer sobre esta proposta que veio aqui para a Assembleia, do IPVA.

Pois bem, faço parte da Bancada de Sustentação do Governo, mas quero dizer a Vossa Excelência e para todos os companheiros parlamentares aqui, da forma que está colocado essa proposta do IPVA, voto contra, o meu voto é contrário a essa proposta do IPVA, pelas razões, não por uma posição política, não por uma posição partidária, em absoluto, pela posição da população do Paraná, porque estamos na eminência de ver aí o aumento do pedágio, já houve o aumento de combustível - é fato consumado. Essa questão do IPVA é uma questão que diz respeito a grande parte da população do Paraná.

Portanto, da forma como foi encaminhada essa proposta de IPVA, sou contra e não votarei favorável, a menos que possa haver um entendimento aqui, entre os deputados e mudança dessa proposta original.

Muito obrigado.

#### IRINEU COLOMBO

Agrada-me muito a posição do deputado Augustinho Zucchi. Deixa-me muito satisfeito a postura de Vossa Excelência, em sintonia com a demanda popular, da opinião pública.

Queria deixar ao líder do Governo, Valdir Rossoni, um apelo no seguinte sentido que fizesse uma conversa ao senhor governador do Estado, usando do prestígio que ele tem, como detentor do cargo máximo no Executivo do Estado do Paraná, para que sensibilizasse as empresas concessionárias e que não deixassem acontecer o aumento. Associando todas essas dificuldades de aumento de pedágio, aumento de combustível, estradas em péssimas condições e ainda a questão do IPVA, vamos ficar em uma situação revolucionária no Estado do Paraná.

Acho que o governo pode intervir politicamente com o peso que tem, com o cargo que detém, no sentido de pelo menos, um dos aspectos ser minimizado - ou dois - um pouquinho de conserto nas BR's, não deixando que aconteça o aumento das concessionárias.

Deixo um aparte ao deputado Algaci Tulio.

#### O Sr. Algaci Tulio

Deputado Irineu Colombo, em boa parte apóio o seu pronunciamento e devo dizer que a mesma preocupação que tem Vossa Excelência e tenho certeza que todos os deputados aqui, independente de Bancada Governista ou não, porque vivemos um momento muito difícil no País: aumenta-se gasolina, o pedágio, aumenta-se tudo, menos o salário do trabalhador, do funcionário público. Estamos às portas de uma pos-

sível greve da Polícia Militar e da Polícia Civil. Isso nos preocupa bastante.

Quero dizer Vossa Excelência, com relação à questão do IPVA que citou agora há pouco, que passou hoje pela Comissão de Constituição e Justiça, pela sua constitucionalidade. No entanto, o deputado Orlando Pesutti pediu vistas ao projeto. Nós, parlamentares, todos da CCJ, pedimos também uma cópia da mensagem, porque não conhecemos sequer ainda o teor da mensagem, a não ser o que saiu pela imprensa. Acho estranho isso - todo mundo sabe da matéria, pela imprensa, mas a Assembleia não sabe ainda. Os deputados que têm que discutir a matéria estão tomando conhecimento pela imprensa, porque a mensagem chegou ontem a esta Casa, tramitou hoje pela CCJ, já foi pedido vistas. E, nós ainda não tivemos a oportunidade de, com as nossas assessorias, fazer um levantamento e uma análise dessa matéria.

Posso dizer a Vossa Excelência que esse assunto de IPVA nos preocupa. Já discutimos isso em outros anos anteriores. É necessário o entendimento, uma negociação, sob pena desta Casa passar mais uma vez um recibo e pagar caro lá na frente, por, evidentemente, não ter discutido com muita cautela e com muita profundidade esse assunto. E isso preocupa a todos nós.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Concedo um aparte ao deputado Ricardo Chab.

#### O Sr. Ricardo Chab

Deputado Irineu Colombo. Eu, outro dia, conversando com o atual secretário de Comunicação Social, deputado federal Rafael Greca, que assumiu recentemente tendo contato com ele, coloquei algumas situações, entre elas a situação do IPVA. Quero passar para o senhor aquilo que falei e quero deixar aqui, gravado nos Anais da Casa.

Disse a ele o seguinte: vocês, andando pelas estradas do Paraná - não aquelas do Anel de Integração, mas as outras estradas - temos aí estradas em precárias condições.

O nosso presidente Nelson Justus deverá assumir a Secretaria de Transportes, pela sua capacidade de trabalho - tenho certeza que ele irá reparar isso que está acontecendo no interior do Estado. Mas até lá temos uma discussão muito grande.

Ontem, por exemplo, na região de Lobato, assisti na televisão, os vereadores e prefeitos eleitos, fazendo protesto. fecharam a rodovia que liga Lobato a Santa Fé, porque virou uma estrada de chão, acabou o asfalto e está intransitável. Esse é um fato.

Algumas estradas do Paraná existem faixas assim - li essa faixa e fiquei envergonhado mesmo: "Obrigado, senhores deputados, governador Jaime Lerner, pela antecipação do IPVA e a precariedade das rodovias". Senti-me envergonhado. Como deputado, senti-me envergonhado. Disse isso para o secretário Rafael Greca. Agora estamos diante, novamente, do mesmo fato. Ora,

qual é a explicação? Em São Paulo eles antecipam, em Santa Catarina eles também antecipam, no Rio Grande do Sul também, por quê em todos os Estados há antecipação e só no Paraná não havia? Ora, será que em todos os Estados há precariedade de rodovias, é a pergunta que fica.

Então estou preocupado com isso! Sabe se tivéssemos a antecipação, porém tivéssemos o benefício, até dá para entender, mas como foi feito não dá!

Então, quero aqui me somar ao seu aparte, ao seu pronunciamento hoje e quero deixar claro a minha posição aqui, e entendi bem o que o senhor disse, hoje não só a classe média como todos nós estamos sobrecarregados de impostos. Chega agora o final do ano, temos que prestar contas com o “leão”, temos que pagar o IPTU quem tem o seu imóvel, naturalmente nas cidades; vai ter que pagar o imóvel rural quem tem imóvel rural, enfim tudo vence no mesmo tempo! E agora a antecipação do IPVA!

Então quero aqui, inclusive, apelar, apelar para o bom senso do governo do Estado, para que tenhamos escalonado sim, para que tenhamos em seis meses: mês um, mês dois, paga a placa um e dois. Ou fazer escalonado para que todos possam pagar e para que não tenhamos aqui essa revolta que tivemos no passado, aqui em Curitiba e no Estado do Paraná. Confesso para você que agora fala-se na alta do pedágio, fala-se no aumento da tarifa do pedágio, vem a notícia da antecipação do IPVA, ainda mais, com a questão muito complicada essa de falar: - não o valor do carro, vai ser o valor do dia. É o comentário que está aí porque não tive acesso ainda, quero ter. Mas me falaram já que não vai ter a tabela do automóvel. Ora, vai ser o valor de mercado, mas isso é muito subjetivo! Você pode ter um carro que vale 10 eu posso ter o mesmo carro que vale 15. Como é que vai ser? Um projeto de lei não pode ser tão subjetivo assim!

Então por esse espírito, por essa questão subjetiva do valor do automóvel, quero me colocar contra a forma como está. Estou aqui lançando, inclusive, uma idéia ao Plenário hoje, para que esta Casa escalone o IPVA. Ora, mês um paga a placa um e dois, mês três e quatro e assim possamos fazer em seis meses o pagamento, com desconto. E ainda mais, estou sabendo que estão diminuindo o desconto para pagamento à vista.acho isso um absurdo! Nada justifica, de repente não só a antecipação como deixar este valor no alto do valor do bem, do automóvel e mais ainda não se justifica reduzir o valor do desconto.

Muito obrigado, quero somar ao seu aparte e dizer que, como deputado, me senti envergonhado quando vi aquelas faixas: “Pela precariedade das rodovias”. E espero que o nosso presidente, Nelson Justus, que deu demonstração de capacidade, nessa Casa, conduziu como ninguém disse ontem na nossa reunião lá do PTB - conduziu com maestria, com muita calma que o deputado Nelson Justus, assumindo lá, possa realmente, pelo menos tapar os buracos e fazer com que tenhamos rodovias decentes, aqui no Paraná.

Obrigado.

### **O Sr. Divanir Braz Palma**

Nobre deputado, quero continuar na mesma linha de raciocínio dos deputados que me antecederam, falaram sobre a modificação do pagamento do IPVA. Nós, no ano passado, fizemos este ordenamento diferente, acabamos com a cobrança de acordo com o final de placas e a Bancada do Governo acompanhou e sofreu, na pele, um desgaste político que nunca vi na minha vida, até com ameaças de caminhoneiros, de proprietários de veículos que se sentiram prejudicados, com o orçamento mensal desorganizado devido a essa mudança da cobrança do IPVA. Não sabia, nobre deputado Colombo, que o IPVA era tão importante no orçamento familiar, e realmente o é. Vimos isso com a reação do povo, no ano passado. Foi uma reação quase descontrolada, o governo teve uma perda política que não dá para mensurar.

Nós, da base governista, estamos preocupados porque achamos que agora, continuando o mesmo procedimento, poderíamos até votar, porque a sociedade vai se adequando à nova realidade, acabou aquela especulação de quem compra placa com final zero paga no final do ano, atrasado, até aí dá para compreendermos o desconto de 15% que era também mais de 60% pagaram, se valendo deste desconto. Pois bem, agora vem de 15% para 12%, caiu 3%; vem de quatro parcelas para três parcelas. Entramos, no início deste ano, e conseguimos que quem atrasasse uma parcela, não veria vencida as demais parcelas, através de uma resolução da Fazenda. Mas agora o governo voltou a três parcelas.

Ora, não dá, senhor presidente, nobre deputado, Bancada Governista, já coloquei minha posição ao nosso líder Rossoni, acompanhamos o governo em tudo, mas acho que é um suicídio mexer no IPVA. Este imposto que a sociedade entende como dinheiro que vai para a conservação das estradas, na verdade não vai, 50% desse recurso vai para o cofre da Prefeitura e 50% para o governo do estado, no cofre geral, que acho que, na realidade inclusive, é um tributo que está totalmente equivocado, porque IPVA deveria ir para a conservação das rodovias, certo?

Então, faço aqui meu apelo ao governo, que reveja essa posição e que a nossa Casa não aprove esta modificação, porque vai ser um desgaste maior ainda e estaremos cavando de vez a nossa sepultura.

Muito obrigado.

### **O SR. IRINEU COLOMBO**

Me agrada muito a vossa posição, deputado, com satisfação ouço o deputado Moysés Leônidas.

### **O Sr. Moysés Leônidas**

Deputado Irineu Colombo, também quero fazer coro com a fala de Vossa Excelência, e lhe contar e deixar consignado aqui na Casa uma coisa interessante.

Saí agora, na hora do almoço, para comer um lanche rápido ali no Shopping Crystal, que estava ali por perto e encontrei com um cidadão, lá do norte do Paraná,

que já estava sabendo desta questão do IPVA e disse para mim, desta forma: “Oh, deputado Moysés, estou sabendo que o senhor é do baixo clero lá da Assembléia, e que normalmente o baixo clero não é ouvido, mas segura essa questão do IPVA que o ano passado foi uma pá largada na cabeça do povo do Paraná”.

Então, quero dizer a Vossa Excelência, que mesmo sendo do baixo clero, acho que, se o governo não tem sensibilidade, o baixo clero aqui tem que ter, tem que ficar contra essas atitudes de volúpia do governo, de um governo que só quer arrecadar, não interessa se vai esfolar o povo do Paraná.

Bem disse o deputado Braz Palma que não dava para mensurar o que o IPVA representava no orçamento do nosso povo, e representa muito, principalmente no início do ano, onde tem outros tributos a pagar que já foi dito aqui como IPTU - e até a viagem de lazer que a família de classe média tem todo o direito de fazer, porque o descanso também é salutar, e aquele que trabalha - é até bíblico - deve ser o primeiro a desfrutar do suor do seu trabalho - mas com esta volúpia do governo não dá.

Então, quero fazer coro com Vossa Excelência que se lá do lado do governo acha que aqui tem baixo clero, tem, mas que o baixo clero não pensa, é engano; que o baixo clero às vezes pensa e pensa o sentimento daquele que não tem dor, porque a dor do rico representada pelo governo, é muito maior a dor do calo dele do que o câncer do pobre. Então eu vou ficar do lado do mais fraco, quem sabe daqui de baixo do clero do povo.

Parabéns a Vossa Excelência.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, querendo encerrar e já parabenizando a posição do deputado Moysés Leônidas e os demais deputados, agradeço profundamente pelos apartes. Dizer que é um ingrediente da famosa poção da bruxaria, aí não dá para ser.

Então, me agrada muito, deputado Nelson Justus, presidente desta Casa, a posição dos demais deputados, o que vamos reivindicar - acho que em bloco aqui - todos os deputados cinquenta e quatro tem que reivindicar aqui, é que se aumentem as parcelas e aumente, quem sabe, inclusive o desconto, com isso estaremos atendendo uma demanda popular, porque o povo não vai entender, por exemplo, esse povo de Lobato, o vereador nem conheço o vereador - Edilson Albugatas, não dá para entender, não vou explicar para ele, vereador ou cidadão de lá: “Olha, a sua estrada está esburacada e vou aumentar o IPVA”. O cara vai ficar bravo com todos nós, evidente, seja Situação ou Oposição.

Era esse o apelo, para que o governo repense essa situação e conserte as nossas estradas.

Muito obrigado pela condescendência, senhor presidente Nelson Justus.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo.

**(Declina)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que dispõe sobre os direitos às promoções das praças reformadas ou da reserva da Polícia Militar que estiveram afastadas na época de 1961 - 1979 (Regime Militar). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E S.P. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.F.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, declara de Utilidade Pública Estadual a Fundação para Combate ao Câncer “Rosala Calixto Hakim”, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/2000, de autoria do deputado Cesar Seleme, prorroga os efeitos da Lei nº 9.578 de 14 de março de 1991. (Imóvel) COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 380/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Evangélica de Quatro Barras - ABEQ, com sede e foro no município de Quatro Barras. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/2000, de autoria do deputado Nelson Garcia, declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação do Alcóolatra - A.R.A., com sede e foro no município de Umuarama. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 026/2000, de autoria do deputado Ademar Traiano e outros, altera a redação do artigo 7º da Resolução 159/90 - Regimento Interno desta Casa. **COM PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA C.E.. COM EMENDA DA C.E.. Aprovado o Projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2300 a 2302, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2304, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2305 a 2309, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2310, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2312 a 2314, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2315, 2317 e 2318, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2321, de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo e Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2322, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2323, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, anunciando para a Sessão Extraordinária, a

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 345 e 363/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 278/99, 248 e 384/2000.

Marca ainda uma Sessão Ordinária, para quarta-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 026/2000.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 249, 259, 334, 362 e 368/2000.

Levanta-se a sessão.

**Atos da Comissão Executiva:**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

**R E S O L V E :****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 094/2000**

I - exonerar, a pedido, ERONI APARECIDA RIBEIRO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Renato Gaúcho, a partir de 1º de maio de 2000.

II - exonerar, a pedido, CESAR SOUZA CORRÊA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Renato Gaúcho, a partir de 1º de maio de 2000;

III - prover, CÉSAR SOUZA CORRÊA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Renato Gaúcho, a partir de 1º de maio de 2000;

IV - prover, VAGNER JOÃO DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Renato Gaúcho, a partir de 1º de maio de 2000.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 095/2000

I - exonerar, a pedido, VOLMA GONÇALVES DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Cleiton Kielse, a partir de 1º de maio de 2.000;

II - prover, SHEILA MARA MESQUITA DA FONSECA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Cleiton Kielse, a partir de 1º de maio de 2.000.

(Prot. nº 3473/2000)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 096/2000

I - exonerar, a pedido SADI RUDI RIBAS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Fernando Ribas Carli, a partir de 1 de maio de 2.000;

II - prover, ELIANE RIBAS DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Fernando Ribas Carli, a partir de 1º de maio de 2.000.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 097/2000

I - exonerar, a pedido, ERIDAN DA SILVA BONTORIN, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Cleiton Kielse, a partir de 1º de maio de 2.000;

II - prover, FERNANDA MAGALHÃES SILVEIRA, para exercer o cargo em Comissão DAS-5, do gabinete do deputado Cleiton kielse, a partir de 1º de maio de 2.000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de 100% (cem por cento) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 098/2000

I - exonerar, a pedido, ESTER COSTA VIEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de maio de 2.000;

II - prover, JACKSON EDENILSON SERAFIM, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de maio de 2.000.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 099/2000

exonerar, a pedido, GENOVEVA DE FÁTIMA RODRIGUES DE LIMA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de maio de 2.000.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 100/2000

I - exonerar, a pedido MOACIR CASAGRANDE, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Luiz Fernandes Litro, a partir de 1º de maio de 2.000;

II - prover, MOACIR CASAGRANDE, para exercer o cargo em Comissão símbolo DAS/2, do gabinete do deputado Luiz Fernandes Litro, a partir de 1º de maio de 2.000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 101/2000

I - exonerar, a pedido NILSA MENDES SAMPAIO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de maio de 2.000.

II - prover, ANA PAULA UEDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de maio de 2.000.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 103/2000

I - exonerar, a pedido os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Carlos Zuk, a partir de 1º de maio de 2000, conforme especifica:

DAS-2: DANIEL DO NASCIMENTO FERREIRA

DAS-5: AVERALDO NIVAL ANTUNES DOS SANTOS

1GP-5: FAUSTO LANZINI VENDRAMI

1GP-2: MÁRCIO AUGUSTO DUTRA

1GP-1: PAULO CÉSAR SIQUEIRA VELOSO

1GP-1: ANDREZZA CALDEIRA BORATTO

1GP-1: PAULA CHRISTIANE LARocca

II - exonerar, a pedido EVERALDO CORDEIRO DE LIMA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Luiz Carlos Zuk, a partir de 1º de maio de 2000;

III - exonerar, a pedido, CARLA GEOVANA KRYGIER, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Luiz Carlos Zuk, a partir de 1º de maio de 2000;

IV - prover, CARLA GEOVANA KRYGIER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Luiz Carlos Zuk, a partir de 1º de maio de 2000;

V - exonerar, a pedido, MARCO ANTÔNIO GROTT, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Luiz Carlos Zuk, a partir de 1º de maio de 2000;

VI - prover, MARCO ANTÔNIO GROTT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabi-

nete do deputado Luiz Carlos Zuk, a partir de 1º de maio de 2000;

VII - exonerar, a pedido, RENATO NELSON MULLER, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Luiz Carlos Zuk, a partir de 1º de maio de 2000;

VIII - prover, RENATO NELSON MULLER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Luiz Carlos Zuk, a partir de 1º de maio de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 e novembro de 1970;

IX - exonerar, a pedido, ANDERSON LUÍS SIQUEIRA VELOSO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 5ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de maio de 2000;

X - prover, EVERALDO CORDEIRO DE LIMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 5ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de maio de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com artigo 177, da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970;

XI - exonerar, a pedido, TIAGO XARÃO, do cargo em Comissão símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de maio de 2000;

XII - exonerar, a pedido, ANTÔNIO SÉRGIO PAPUAVISQUI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Carlos Zuk, a partir de 1º de maio de 2000;

XIII - prover, ANTÔNIO SÉRGIO PAPUAVISQUI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de maio de 2000;

XIV - prover, ADRIANA CUNHA BAPTISTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Luiz Carlos Zuk, a partir de 1º de maio de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 2000;

XV - exonerar, a pedido, MIGUEL ARÃO RIBAS DROPPA, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Luiz Carlos Zuk, a partir de 1º de maio de 2000;

XVI - prover, MIGUEL ARÃO RIBAS DROPPA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Carlos Zuk, a partir de 1º de maio de 2000;

XVII - prover, JEFFERSON STANISLAWCZUK, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Carlos Zuk, a partir de 1º de maio de 2000.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 104/2000

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de maio de 2000, conforme especifica:

1GP-4: CARLOS HENRIQUE MORES

1GP-3: MARCOS QUERUBIM DA FONSECA CRUZ

1GP-2: TEREZA SILVA DE PAULA

1GP-2: JOÃO MARIA FERREIRA

II - exonerar, a pedido, ANTÔNIO FRANCISCO DE ANDRADE, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de maio de 2000;

III - prover ANTÔNIO FRANCISCO DE ANDRADE, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de maio de 2000;

IV - exonerar, a pedido, CÉSAR AUGUSTO MORES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de maio de 2000;

V - prover, CÉSAR AUGUSTO MORES, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de maio de 2000.

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO" em 02.05.2000

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 105/2000

I - exonerar, a pedido, ROSÂNGELA DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de maio de 2000;

II - prover, MARIELZA CRISSI HOHL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de maio de 2000;

III - exonerar, a pedido, ROBISON MAHLKE, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de maio de 2000;

IV - prover, ROSÂNGELA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de maio de 2000.

(Prots. nºs 3682 e 3845/2000)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 106/2000

I - exonerar, a pedido, MILTOM JOSÉ CIUNEK, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-2, do gabinete do deputado Péricles Mello, a partir de 1º de maio de 2000;

II - exonerar, a pedido, SILVANA DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 4ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de maio de 2000;

III - prover, MILTOM JOSÉ CIUNEK, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 4ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de maio de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e dedicação Exclusiva, na

base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 3844/2000)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 107/2000

I - exonerar, a pedido, SIMONE CIUNEK, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de maio de 2000;

II - prover, ROSANE MARQUES DALZOTTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de maio de 2000;

(Prot. nº 3846/2000)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 108/2000

I - exonerar, a pedido, ELIZABETH ALFREDO FERREIRA DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Pastor Edson Praczyk, a partir de 1º de maio de 2000;

II - prover, LUCIANE CORRÊA DE MORAIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do Pastor Edson Praczyk, a partir de 1º de maio de 2000;

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 109/2000

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 1º de maio de 2000, conforme especifica:

DAS-2: MARCELO RICARDO FERREIRA

1GP-5: MAITÊ PUGLIESI

1GP-5: SAVÉRIO SIMONI NETO

1GP-5: VALENTIN JOSÉ CARLOS PAVEZI

1GP-4: LUIZ CLÁUDIO ADÃO HERRERA

1GP-4: CARLOS CÉSAR DE PAULA GNATA

1GP-2: LUCINA DA CONCEIÇÃO BRANCO CATARINO

1GP-1: IOLANDA ANA PAGOT PERIN

1GP-1: TIAGO HENRIQUE VALLADÃO

1GP-1: INDIANA MOREIRA GOMES

1GP-1: CÉLIA TEREZINHA MARICATO

II - prover, JEFERSON RAFAEL DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 1º de maio de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, MARCELO RICARDO FERREIRA, para exercer cargos em Comissão, junto ao

gabinete do deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 1º de maio de 2000;

IV - prover, MAITÊ PUGLIESI, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 1º de maio de 2000;

V - prover, ÂNGELA MARIA MARCELO, para exercer cargos em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 1º de maio de 2000;

VI - prover, RODRIGO HERRERA MAIOLINI, para exercer cargos em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 1º de maio de 2000;

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 110/2000

I - exonerar, a pedido, JAIME DANILO ROSSI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2 do gabinete do Liderança do PTB, a partir de 1º de maio de 2000;

II - exonerar, a pedido, JACIR STRAPAZZON, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5 do gabinete do Liderança do PTB, a partir de 1º de maio de 2000;

III - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto do gabinete do deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de maio de 2000, conforme especifica:

DAS-5: SINVAL FRANCISCO SCHREINER

1GP-5: INEZ MINATO SANTIN

1GP-5: GLADIMAR LUIZA MECA

1GP-4: SADI DE JESUS SANTIAGO

1GP-3: ÁLVARO RUY

1GP-3: LEONILDE BENGZOZI RUY

1GP-2: JADISON DORS

1GP-1: NEDI MENDES MUCHA

1GP-1: PATRÍCIA PROLO

1GP-1: FERNANDO RODRIGO NESI ROSSI

DAS-5: ALMIR GONÇALVES DE AZEVEDO

IV - prover, ALDIR CÂMARA FRANCO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Ademir Luiz Traiano, a partir de 1º de maio de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

V - prover, VINÍCIUS TRAIANO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de maio de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VI - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete

do deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de maio de 2000, conforme especifica:

1GP-5: IDEMAR ANTÔNIO POZZEBON  
 2GP-5: ADEMAR ANTÔNIO SANTIN  
 1GP-4: JACIR STRAPAZZON  
 1GP-3: ADEMAR LUIZ TRAIANO JÚNIOR  
 1GP-3: JAIME DANILO ROSSI

#### ATO Comissão EXECUTIVA Nº 111/2000

I - exonerar, a pedido, os funcionários a baixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 1º de maio de 2000, conforme especifica:

1GP-5: GENEIDE DE ABREU MARTINS  
 1GP-1: LUCYLENE CRISTINA SANFELICE  
 1GP-4: JOÃO DOMINGUES DE ALMEIDA  
 1GP-2: MÁRCIA FEITOSA DE ALMEIDA

SAKURADA

1GP-3: SÉRGIO RODRIGO RUIZ GUIMARÃES  
 1GP-3: SANDRA REGINA SANFELICE  
 1GP-1: IRACEMA PRESTES DE FARIAS  
 1GP-1: EDNA RUIZ GUIMARÃES  
 1GP-1: IRMA GENI GIROLDO SANFELICE  
 DAS-2: ELVIRA TEIXEIRA DE CARVALHO

II - prover, SÉRGIO RODRIGUES RUIZ GUIMARÃES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 1º de maio de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, LUCYLENE CRISTINA SANFELICE, para exercer o cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 1º de maio de 2000;

IV - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 1º de maio de 2000, conforme especifica:

1GP-5: ELIAB VIEIRA MORENO  
 1GP-4: GENEIDE DE ABREU MARTINS  
 1GP-3: MÁRCIA FEITOSA DE ALMEIDA

SAKURADA

1GP-1: JAIME XIMENES ÁLVARES

(Prot. nº 3831/2000)

#### ATA DA Comissão EXECUTIVA Nº 112/2000

I - exonerar, a pedido, CLÁUDIA DE ANDRADE BEZERRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Basílio Zanusso, a partir de 1º de maio de 2000;

II - exonerar, a pedido, GIULIANO ZANUSSO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Basílio Zanusso, a partir de 1º de maio de 2000;

III - exonerar, a pedido, LUCIMARE DELA TORRE, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Basílio Zanusso, a partir de 1º de maio de 2000;

IV - exonerar, a pedido, SIDNEI DACOME, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Basílio Zanusso, a partir de 1º de maio de 2000;

V - exonerar, a pedido, AFONSO CAMARGO DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Basílio Zanusso, a partir de 1º de maio de 2000;

VI - prover, AFONSO CAMARGO DE SOUZA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado basílio Zanusso, a partir de 1º de maio de 2000;

VII - exonerar, a pedido, HENRIQUE MONTESCHIO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de maio de 2000.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 113/2000

I - exonerar, a pedido, ARNO OSTJEN, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete da 3ª vice-Presidência deste Poder, a partir de 1º de maio de 2000;

II - prover, MARIA DO CARMO BEIRÃO BORTOLATO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete da 3ª vice-Presidência deste Poder, a partir de 1º de maio de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Élio Rusch, a partir de 1º de maio de 2000, conforme especifica:

DAS-2: LOIVO JACÓ KÖHLER

DAS-5: HARTO VITECK

1GP-5: ELENITA FOPPA VITECK

1GP-5: MARIA DA FÁTIMA BORGES KÖHLER

1GP-4: ELDOR KURTZ

1GP-3: CRISTIANO MARLON VITECK

2GP-2: MARLA CRISTIANE VITECK

2GP-1: NILSA PORT

1GP-1: MARIA DOS PRAZERES MÜLLER

2GP-1: PAULO ROBERTO HOFFMANN

1GP-4: ÍGOR LAÉRCIO RUSCH

2GP-1: DIRLENE DICKEL

1GP-1: JANE MARIZETE RIZZI

1GP-5: ALITA RUSCH

IV - prover, NILSA PORT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Élio Rusch, a partir de 1º de maio de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviço em Regime de Tempo



Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

V - prover, ARNO OSTJEN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Élio Rusch, a partir de 1º de maio de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VI - prover, HARTO VITECK, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Élio Rusch, a partir de 1º de maio de 2000;

VII - prover, ALITA RUSCH, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Élio Rusch, a partir de 1º de maio de 2000;

VIII - prover, CLAIR SCHÖNE, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Élio Rusch, a partir de 1º de maio de 2000;

IX - prover, ÍGOR LAÉRCIO RUSCH, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Élio Rusch, a partir de 1º de maio de 2000;

X - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Élio Rusch, a partir de 1º de maio de 2000, conforme especifica:

2GP-1: RICARDO CSEH

2GP-1: INÊS CLAOETE RIZZI

1GP-1: CRISTIANO MARLON VITECK

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 114/2000

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 1º de maio de 2000, conforme especifica:

1GP-5: ROBERTO ÂNGELO DE SIQUEIRA

DAS-5: JOSÉ PINTO PEREIRA

1GP-4: MANOEL GOMES PEREIRA

1GP-5: PAULO ÂNGELO SILVEIRA

1GP-5: ELI LEBBOS

1GP-1: APARICIO MATIAS BOAVENTURA

DAS-2: ELIZABETHI RODRIGUES BARBOSA

1GP-2: GERSON LEPREVOST

II - prover, ROBERTO ÂNGELO DE SIQUEIRA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 1º de maio de 2000;

III - prover, MARIA ISABEL BONET, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 1º de maio de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, MARCOS VINÍCIUS GARCIA NEGRÃO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 1º de maio de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

V - prover, REGIANE ZANATA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 1º de maio de 2000;

VI - prover, Gecira da Silva, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 1º de maio de 2000;

VII - prover, FABIANE CORRÊA NADER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 1º de maio de 2000.

(Prot. nº 3948/2000)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 115/2000

I - exonerar, a pedido, LUIZ UBIRAJARA DA LUZ SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de maio de 2000;

II - prover, DENISE GARCIA NEGRÃO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de maio de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - exonerar, a pedido, MARIA ANTÔNIA MORAES LESSA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de maio de 2000;

IV - prover, CARLOS ALBERTO BONET, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de maio de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

V - exonerar, a pedido, ELIZEU TEODORO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de maio de 2000;

VI - prover, NELSIMAR APARECIDA SCHEMIM ZININI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de maio de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 3952/2000)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 116/2000

I - exonerar, a pedido, ONILDA SERENA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenadoria de Auditoria e Controle Orçamentário, da Diretoria da Procuradoria, a partir de 1º de maio de 2000;

II - prover, CECÍLIA FÁVARO WUNDERLISCH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenadoria de Auditoria e Controle Orçamentário, da Diretoria da Procuradoria, a partir de 1º de maio de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 3982/2000)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 117/2000

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de maio de 2000, conforme especifica:

DAS-2: TARCÍSIO HILMAN

DAS-5: ARI CRISTIANO NOGUEIRA

1GP-5: APARECIDA SUELI VICENTE

1GP-5: ADEMAR JOSÉ VIEIRA

1GP-5: DULCIMARA NOGUEIRA

1GP-4: NEUSA KRUPP GASPAR

1GP-4: MARA RÚBIA DOS SANTOS FERREIRA

1GP-3: LAERTES BÓGUS JÚNIOR

1GP-3: MARCIO COELHO

1GP-2: MIREILLE ARETUSA VILELLA

1GP-2: SÉRGIO FURQUIM FILHO

1GP-1: ROSA DE BORBA VILELA

1GP-1: GERSON MURILO DOS SANTOS

1GP-1: JUCIMARA REGINA BORDIGNON

II - prover, ARI VALDECIR NOGUEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de maio de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, ROSICLÉIA DE LOURDES SANTOS NASCIMENTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de maio de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico,

de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, EDINÊ DE LOURDES RAMON VIANNA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de maio de 2000;

V - prover, GERSON MURILO DOS SANTOS, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de maio de 2000;

VI - prover, JUCIMARA REGINA BORDIGNON, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de maio de 2000;

VII - prover, TATIANE DELEIDE BARROS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de maio de 2000;

VIII - prover, TATIANE MOSER, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de maio de 2000.

(Prot. nº 3980/2000)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 118/2000

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de maio de 2.000, conforme especifica:

DAS-5: GIULIANA TEIXEIRA DOS SANTOS

1GP-5: ROSICLÉIA D'LOURDES DOS SANTOS NASCIMENTO

1GP-5: CECÍLIA FÁVARO WUNDERLISCH

1GP-5: ROSEMERI APARECIDA DOS SANTOS

1GP-4: MARINA DE SOUZA GEREMIAS

1GP-4: RONNY FÁVARO WUNDERLISCH

1GP-4: MARCELO VENÂNCIO BRITO

1GP-3: JOSMAR RIBEIRO DE SOUZA

2GP-2: MARIA RIBEIRO DE SOUZA

2GP-1: VERA LÚCIA GUMIERI STEFANES

1GP-1: AILTON ANTUNES DE SÁ

1GP-1: TATIANE DELEIDE BARROS

II - prover, ARI CRISTIANO NOGUEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de maio de 2.000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, DANIELE CHRISTINA FRANK WOLF, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de maio de 2.000;

IV - prover, DULCEMARA NOGUEIRA para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete da

Liderança do Governo, a partir de 1º de maio de 2.000;

V - prover, MARCELO VENÂNCIO BRITO, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1 de maio de 2.000;

VI - prover, ROSA DE BORBA VILLELA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de maio de 2.000;

VII - prover, AILTON ANTUNES DE SÁ, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de maio de 2.000.

(Prot. nº 3981/2000).

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 119/2000

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de maio de 2.000, conforme especifica:

1GP-5: JOSIANE APARECIDA DO AVELAR

1GP-5: FERNANDO IBANHEZ NETO

1GP-5: DALVA LARA TORQUATO

1GP-4: MARIA IZABEL IBANHEZ

1GP-4: LOURDES PEREIRA DE OLIVEIRA

1GP-2: SCHIRLEY SABADIN LARA

1GP-1: SOLANGE LARA

1GP-1: TEREZA SABADIN LARA

1GP-1: EDMAR TESSER

II - prover, SANDRA LÚCIA LARA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de maio de 2.000.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 120/2000

I - exonerar, a pedido, ROSÂNGELA NEVES TEIXEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Durval Amaral, a partir de 1º de maio de 2000;

II - exonerar, a pedido, NAIR SOARES DE BRITO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de maio de 2000;

III - prover, ROSÂNGELA NEVES TEIXEIRA, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de maio de 2000;

IV - exonerar, a pedido, ISALTINA MARQUES GOMES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de maio de 2000;

V - prover, MARCOS RIBEIRO DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de maio de 2000;

VI - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Durval Amaral, a partir de 1º de maio de 2000, conforme especifica:

DAS-2: VERA LÚCIA DA COSTA MELLO

DAS-5: JOAQUIM DE MEDEIROS NETO

1GP-5: JULIANA COSTA GARIB

1GP-5: ELIANA Mª COSTA GARIB

1GP-5: CAROLINA COSTA GARIB

1GP-4: ANTÔNIO NOVELI

1GP-4: TALITHA Mª GARIB RADIGONDA

1GP-3: LÍGIA CRISTIANI FIORINI

1GP-3: MARCO PAULO GASTALDI

1GP-2: SALETE MARIA DE CAMARGO

1GP-2: LUCIANO LUIZ JANUÁRIO

1GP-1: CLAUDICE PRESTES GREGÓRIO PEREIRA

1GP-1: JOSELITA FRAZÃO DE MATTOS

VII - prover, ELIANA MARIA COSTA GARIB, para exercer o cargo em comissão símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Durval Amaral, a partir de 1º de maio de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VIII - prover, MARCO PAULO GASTALDI, para exercer o cargo em comissão símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Durval Amaral, a partir de 1º de maio de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IX - prover, SEILA APARECIDA DE CAMARGO, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Durval Amaral, a partir de 1º de maio de 2000;

X - prover, LUIZ MARIA GARIB, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Durval Amaral, a partir de 1º de maio de 2000.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 121/2000

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Edson Praczyk, a partir de 1º de maio de 2000, conforme especifica:

1GP-2: ADRIANO GUEDES DOS SANTOS

1GP-1: ANDRÉA BALASSA DA SILVA

1GP-1: MARCOS VARGAS FONSECA

1GP-1: ONÉSIO CUSTÓDIO JORGE

II - prover, ONÉSIO CUSTÓDIO JORGE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Pastor Edson Praczyk, a partir de 1º de maio de 2000.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.05.2000.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

**Pedido de Adesão:****PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA  
PEDIDO DE ADESÃO**

Maria de Lourdes Salles Coelho, matrícula 40610, endereço Av. Erasto Gaertner, 2435 - ap. 302, bairro Bacacheri, cidade de Curitiba - PR, remuneração mensal estimada R\$ 643,72, CPF: 255.400.689-04, data de nascimento: 02/11/56.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: NE07.

(Prot. nº 6609)

Curitiba, em 30.06.2000.

(a) Maria de Lourdes Salles Coelho

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA****14ª LEGISLATURA****ATA DA 034ª SESSÃO****EXTRAORDINÁRIA****REALIZADA EM****28 DE NOVEMBRO DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Hermes Fonseca e Antonio Carlos Belinati.

Às quinze horas e quinze minutos, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 345/2000, de autoria do deputado Cesar Seleme, declara de Utilidade Pública, a Associação de Moradores dos Bairros de Itapema e Pinheirinho - AMBIP - de Antonina. **Aprovado.**

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 363/2000, de autoria do deputado José Maria Ferreira, declara de Utilidade Pública o Instituto Cultural Arte do Brasil, do município de Londrina, no Estado do Paraná. **Aprovado.**

**ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 278/99, de autoria do deputado Cezar Silvestri, declara de Utilidade Pública a União Municipal das Associações de Moradores de Pitanga, com sede e foro no município de Pitanga. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/2000, de autoria do deputado Marcos Isfer, declara de Utilidade Pública a Ação Comunitária São Bernardo, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 384/2000, de autoria do deputado Ademir Bier, declara de Utilidade Pública a Associação dos Motoristas de Pitanga - Amopitan, com sede e foro no município de Pitanga. COM PARECER DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 29 logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 369/2000 e 437/99.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/2000.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 188/2000.

Levanta-se a sessão.

### Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

### R E S O L V E :

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 122/2000

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de maio de 2000, conforme especifica:

1GP-4: NAZARÉ DOS SANTOS  
1GP-5: CARMEM R. DALLA MARIA  
DAS-5: ITALINA RINALDI ZATTA  
1GP-4: KÁTIA SIRLENE MARTINHAGO  
1GP-3: MARILENE DENIG  
1GP-3: THERESINHA Mª T. TRAIANO  
1GP-2: GINA ELIZA SCHMIDT  
1GP-1: DANIELA SILVEIRA  
1GP-1: MARLEI TEREZINHA D'AGOSTINI

II - prover, CARMEM ROVEDA DALLA MARIA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de maio de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de maio de 2000, conforme especifica:

1GP-5: ANTÔNIO M. MATTIOLI  
1GP-4: ISMAIR EUFRÁSIO DE SIQUEIRA  
1GP-5: FÁBIO ANTÔNIO DALLAZEN  
1GP-3: KÁTIA SIRLENE MARTINHAGO  
1GP-3: INEZ MINATO SANTIN

1GP-2: JADISON DORS

1GP-2: FERNANDO RODRIGO N. ROSSI

1GP-1: NILTON JOSÉ PAZZINI

1GP-1: PATRÍCIA PROLO

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 123/2000

I - exonerar, a pedido, PAULO FERNANDO OTONI DA FONSECA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Péricles Mello, a partir de 1º de maio de 2000;

II - exonerar, a pedido, LÉA TRAMONTIM SILVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de maio de 2000;

III - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de maio de 2000, conforme especifica:

1GP-5: MARCOS BETAZZI MEDINA  
1GP-5: GIDO PETRUS FILHO  
1GP-5: VALÉRIA COLOMBO  
1GP-2: CARLOS AUGUSTO DE JESUS  
1GP-1: ALAN VON HOLLEBEN  
1GP-1: ROSITA YOSI MATSUKURA  
1GP-1: RITA DE CÁSSIA S. TAVARES

IV - prover, ZENAIDE HORST ESTECHE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de maio de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

V - prover, PAULO FERNANDO OTONI FONSECA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de maio de 2000;

VI - prover, LEONOR APARECIDA CONCATO MARTINELLI MEDINA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de maio de 2000;

VII - prover, PAULO HENRIQUE MANOEL MACHADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-4, do gabinete do deputado HERMES FONSECA, a partir de 1º de maio de 2000;

VIII - prover, KARINA CARAZZAI FONSECA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de maio de 2000;

IX - prover, ROBERTO FIRMINO, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de maio de 2000;

X - prover, MARA SÍLVIA ZANON DELAMUTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo

1GP-2, do gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de maio de 2000;

XI - prover, ANTÔNIO CARLOS KASPROVICZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de maio de 2000.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 126/2000

I - exonerar, a pedido, JOÃO DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Algaci Tulio, a partir de 1º de maio de 2000;

II - prover, CARLOS ALCIMAR ALVES RIZZARDI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Algaci Tulio, a partir de 1º de maio de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Algaci Tulio, a partir de 1º de maio de 2000, conforme especifica:

1GP-5: ONDINA STORI RIBAS

1GP-5: ADEMIR GEROLETTO

1GP-5: ALMIR JOSÉ PINTO DE LARA

2GP-3: LEONEL WANDLEY DE SIQUEIRA

1GP-2: ANTÔNIO M. MATTIOLI

1GP-2: EDER WILSON C. MATTIOLI

IV - prover, ALMIR JOSÉ PINTO DE LARA, para exercer cargos diversos, junto ao gabinete do deputado Algaci Tulio, a partir de 1º de maio de 2000;

V - exonerar, a pedido, JULIE JANOSKI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Algaci Tulio, a partir de 1º de maio de 2000.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 127/2000

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Edson Strapasson, a partir de 1º de maio de 2000, conforme especifica:

DAS-2: ANTÔNIO WILSON BRÍGIDO

1GP-1: GLADYS NANCY BELVEDERE

DAS-5: AQUILE ANDERLE

1GP-5: MARLI SAVULSKI FERREIRA

1GP-3: IZABEL INÁCIO DA SILVA

1GP-3: DANILO LOYOLA ZOLET

1GP-2: CLEIDE E. ANDREACCI

1GP-1: ADRIANA A. DA S. DIAS

1GP-5: LEOFRIDES LEMES DA SILVA

1GP-5: JOÃO BATISTA M. DOS S. FILHO

1GP-4: LIRANE SAMPAIO ANTT

1GP-1: MARIA LEMES DA SILVA

II - prover, MAURÍCIO HANKE BANDOLIM, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Edson Strapasson, a partir de 1º de maio de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo de Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, LIRANE SAMPAIO ANTT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Edson Strapasson, a partir de 1º de maio de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, MARIA LEMES DA SILVA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Edson Strapasson, a partir de 1º de maio de 2000;

V - prover, GLADYS NANCY BELVEDERE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Edson Strapasson, a partir de 1º de maio de 2000;

VI - prover, JOÃO BATISTA MOREIRA DOS SANTOS FILHO, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Edson Strapasson, a partir de 1º de maio de 2000;

VII - prover, LEOFRIDES LEMES DA SILVA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Edson Strapasson, a partir de 1º de maio de 2000.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.05.2000.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 129/2000

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ademir Bier, a partir de 1º de maio de 2000, conforme especifica:

DAS-2: ROGÉRIO LUÍS THOMAS

DAS-5: ISMAEL JACOB DAL ZOT JÚNIOR

1GP-5: ODILO THOMAS

1GP-5: MOACIR JOSÉ HANSEN

1GP-5: ALAIR APARECIDA MATIAK

1GP-4: JOÃO CARLOS SCHNITZER

1GP-4: RICARDO LUIZ L. DE OLIVEIRA

1GP-3: JAURY JACOB DE CEZARO

1GP-3: JOSÉ CARLOS DA SILVA

2GP-2: ANTONICO JOÃO ALTÍSSIMO

1GP-1: LEDA GIOVANA DEMCZUK

1GP-1: JOANINA WOUCIK

1GP-1: CARLOS CESAR ZUBEK JÚNIOR

1GP-1: FERNANDA FABÍOLA BIER

II - prover, JAURY JACOB DE CEZARO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabi-

nete do deputado Ademir Bier, a partir de 1º de maio de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, HANS HERBERT ZIEGEMANN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Ademir Bier, a partir de 1º de maio de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ademir Bier, a partir de 1º de maio de 2000, conforme especifica:

2GP-5: MOACIR JOSÉ HANSEN

2GP-1: FERNANDA FABÍOLA BIER

1GP-1: WAGNER JORGE A. NOGUEIRA

V - prover, JOÃO CARLOS SCHNITZER, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ademir Bier, a partir de 1º de maio de 2000;

VI - prover, ROGÉRIO LUÍS THOMAS, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ademir Bier, a partir de 1º de maio de 2000;

VII - prover, CARLOS RENATO ZUBEK, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ademir Bier, a partir de 1º de maio de 2000.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 130/2000

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de maio de 2000, conforme especifica:

DAS-2: ROSANE VERANEIO

DAS-5: ODETE DE FÁTIMA BELTHER PINHEIRO

1GP-5: SÔNIA REGINA CUNHA

1GP-5: APPARECIDA BERNARDELLI BELTHER

1GP-4: LUCIMARA PINHEIRO

1GP-2: SANDRA RODRIGUES BERNARDELLI

1GP-1: CELSO ZANONI;

II- prover, APARECIDA BERNARDELLI BELTHER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de maio de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, SÉRGIO DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de maio de 2000,

ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

IV- prover, EDWILSON DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-4, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de maio de 2000;

V - prover, LUCIE BADE FISCHER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de maio de 2000;

VI- prover, EDSON CARLOS BERNARDELLI, para exercer cargos em Comissão, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de maio de 2000;

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 131/2000

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de maio de 2000, conforme especifica:

DAS-5: IVANISE MARIA DA COSTA

1GP-5: MARIA EMA CROZETA DA SILVA

1GP-5: ADRIANA AUGUSTA RIBEIRO DE OLIVEIRA

1GP-4: ANDRÉ NAIMA CUNHA

1GP-3: CÉSAR LUIZ CORSO

1GP-2: JOÃO PEDRO CAETANO

1GP-1: ARY GRANDO

1GP-1: RAFAEL CLEMENTE CUNHA

1GP-1: JURACI MARIA FORMIGHIERI

1GP-5: MARIA CRISTINA MULLER BERNARDI;

II- prover, RAFAEL CLEMENTE CUNHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de maio de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, IVANISE MARIA DA COSTA, para exercer cargos em Comissão, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de maio de 2000;

IV - prover, ROSANA CRISTINA BARBOSA CAVALCANTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de maio de 2000;

V - prover, JOÃO PEDRO CAETANO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de maio de 2000;

VI- prover, CÉSAR LUIZ CORSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de maio de 2000;

VII - prover, MARIA CRISTINA MULLER BERNARDI, para exercer cargos em Comissão, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de maio de 2000.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 132/2000

I - exonerar, a pedido, LUCIANA SITTA UE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de maio de 2000;

II - prover, LUCIANA SITTA UE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de maio de 2000;

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 133/2000

I - exonerar, a pedido, PRISCILA INGRID TAKAYAMA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado, Hidekazu Takayama, a partir de 1º de maio de 2000;

II - exonerar, a pedido, JOEL MARIANO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de maio de 2000;

III - exonerar, a pedido, JONAS MARIANO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de maio de 2000;

IV - prover, PRISCILA INGRID TAKAYAMA, para exercer cargos em Comissão, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de maio de 2000;

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 134/2000

I - exonerar, a pedido, ROMÁRIO CÉSAR FERRY, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 1º de maio de 2000;

II - exonerar, a pedido, RONALDO RAMÓN LIMA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 1º de maio de 2000;

III - exonerar, a pedido, MARLI TEREZINHA ROSSI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 1º de maio de 2000;

IV - exonerar, a pedido, SEBASTIÃO RÓDIS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 1º de maio de 2000;

V - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 1º de maio de 2000, conforme especifica:

DAS-2: MAGDA MELLO TEIXEIRA

DAS-5: TEREZINHA RAMOS MELCHIOR

1GP-5: ROBERTO TETSUO NISHIMURA

1GP-3: JOCINÉIA FÉLIX LEITE

1GP-3: EVANIL TEREZA MARCONDES

1GP-1: MARCOS MATHES DE FREITAS BERTOLI

1GP-1: LIDINEI TEREZINHA MARCONDES

1GP-3: JURANDIR PEREIRA MARCONDES;

VI - prover, JOCINÉIA FÉLIX LEITE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 1º de maio de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

VII - prover, MAGDA MELLO TEIXEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 1º de maio de 2000;

VIII - prover, ROBERTO TETSUO NISHIMURA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 1º de maio de 2000;

IX - prover, ROMÁRIO CÉSAR FERRY, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 1º de maio de 2000;

X - prover, LIDINEI MARCONDES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 1º de maio de 2000;

XI - prover, JURANDIR PEREIRA MARCONDES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 1º de maio de 2000.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 135/2000

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Plauto Miró, a partir de 1º de maio de 2000, conforme especifica:

DAS-2: JULIANA MARIELA LASPERG DE PAULA

DAS-5: LUIZ CLÁUDIO HOLLZMANN DE ARAÚJO

1GP-5: JOSÉ ALCI DE OLIVEIRA

1GP-3: TALMAI ZANINI JUNIOR

1GP-4: RENATO SPERLING JÚNIOR

1GP-3: ERNSETINA AMY DE MIRANDA

1GP-2: CELSO ANTÔNIO BARSZCZ

1GP-2: LAURO FRAGONA

1GP-5: ANTÔNIO LARocca NETO

II - prover, JOSÉ ALCI OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Plauto Miró, a partir de 1º de maio de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento



básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, TALMAI ZANINI JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Plauto Miró, a partir de 1º de maio de 2000;

IV - prover, ANTÔNIO LAROCCA NETO, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete

do deputado Plauto Miró, a partir de 1º de maio de 2000.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.05.2000.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário